

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUANA PIRES DE CAMPOS

**ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA DISPARIDADE SOCIOECONÔMICA ENTRE SÃO
PAULO E BAHIA: UMA AVALIAÇÃO PARA 2021 E 2022.**

Sorocaba
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUANA PIRES DE CAMPOS

**ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA DISPARIDADE SOCIOECONÔMICA ENTRE
SÃO PAULO E BAHIA: UMA AVALIAÇÃO PARA 2021 E 2022.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia
da Universidade Federal de São Carlos,
campus Sorocaba, para obtenção do título/grau
de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Profa. Dra. Aniela Fagundes
Carrara

Sorocaba
2024

Campos, Luana Pires de

Análise Exploratória da disparidade socioeconômica entre São Paulo e Bahia: Uma avaliação para 2021 e 2022 / Luana Pires de Campos -- 2024.
60f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Aniela Fagundes Carrara

Banca Examinadora: Gustavo Pereira da Silva, Rodrigo
Vilela Rodrigues

Bibliografia

1. Regional. 2. Crescimento. 3. Desenvolvimento. I.
Campos, Luana Pires de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR


Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

Luana Pires de Campos


ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA DISPARIDADE SOCIOECONÔMICA ENTRE SÃO PAULO E BAHIA: UMA AVALIAÇÃO PARA 2021 E 2022.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título/grau de bacharel em Ciências Econômicas.
Universidade Federal de São Carlos.


Sorocaba, 08 de fevereiro de 2024

Documento assinado digitalmente
 ANIELA FAGUNDES CARRARA
Data: 08/02/2024 16:02:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Aniela Fagundes Carrara
Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
 GUSTAVO PEREIRA DA SILVA
Data: 08/02/2024 17:12:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Silva
Examinador(a)

Documento assinado digitalmente
 RODRIGO VILELA RODRIGUES
Data: 09/02/2024 18:29:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues
Examinador(a)

*“Estamos distribuindo renda com uma
mão e concentrando com a outra”*

- Tânia Bacelar de Araújo, 2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam e almejam a superação das desigualdades regionais que nos sucumbiram até aqui.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão a Deus por me conceder o privilégio de cursar minha graduação em uma Universidade Federal.

Em segundo lugar, estendo meus sinceros agradecimentos à minha querida família. Seu constante incentivo, celebração das minhas conquistas e, acima de tudo, a perseverança em nunca desistir de mim, foram a luz que iluminou meu caminho.

Em terceiro lugar, dedico um agradecimento especial ao meu amado, companheiro constante nesta trajetória. Sua motivação e encorajamento foram fontes inestimáveis de inspiração.

Aos queridos amigos de faculdade, minha gratidão é imensa. Vocês foram peças essenciais que transformaram minha graduação em uma experiência incrível. Sem a presença e apoio de cada um de vocês, essa conquista não teria sido possível.

Além disso, expresso minha sincera gratidão aos meus professores, que durante todos esses anos compartilharam seus conhecimentos e me inspiraram a chegar até aqui. Um agradecimento especial à minha orientadora, Dra. Aniela, por dedicar todo seu tempo para orientações. Seu comprometimento e paixão pelo ensino foram uma inspiração para mim.

Agradeço, também, a todos que, de alguma forma, contribuíram para minha jornada acadêmica. Cada um de vocês é parte integrante desta conquista, e sou profundamente grata por todo apoio recebido. Obrigada a todos que tornaram possível este capítulo significativo em minha vida acadêmica!

RESUMO

CAMPOS, Luana Pires de. *Análise Exploratória da disparidade socioeconômica entre São Paulo e Bahia: Uma avaliação para 2021 e 2022*. 2024. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2024.

O presente trabalho teve como objetivo analisar o comportamento distinto das economias e de algumas variáveis que representam o desenvolvimento dos estados de São Paulo e da Bahia, no ano de 2021 e 2022. Tal objetivo foi cumprido através de uma análise bibliográfica que apresentou um retrospecto histórico entre as regiões Nordeste e Sudeste brasileiras. Além desta, também foram utilizadas outras duas ferramentas metodológicas. Em primeiro lugar, foi realizada uma análise descritiva de indicadores econômicos e de desenvolvimento para os estados em questão, para os anos 2021 e 2022. Posteriormente, foi implementado um estudo espacial exploratório para as variáveis PIB per capita, acesso ao tratamento e coleta de água e esgoto e incidência de óbitos infantis por município, para os dois estados foco do trabalho. Como principais resultados, tem-se que os dois estados analisados apresentam grandes discrepâncias no que tange as variáveis observadas, porém, dentro de cada estado as desigualdades também são evidentes, sendo estas, em sua maioria, relacionadas com a questão espacial.

Palavras-chave: Regional. Crescimento. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the distinct behavior of economies and certain variables representing the development of the states of São Paulo and Bahia in the years 2021 and 2022. This objective was achieved through a bibliographic analysis that provided a historical overview of the Northeast and Southeast regions of Brazil. In addition to this, two other methodological tools were employed. Firstly, a descriptive analysis of economic and development indicators for the specified states in the years 2021 and 2022 was conducted. Subsequently, an exploratory spatial study was implemented for the variables of GDP per capita, access to treatment, water and sewage collection, and infant mortality incidence by municipality for the two states focused on in the study.

The main findings indicate significant disparities in the observed variables between the two analyzed states. However, within each state, inequalities are also apparent, primarily associated with spatial considerations.

Keywords: Regional. Growth. Development.

LISTA DE ABREVIATURAS

APS – Atenção Primária à Saúde

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CMBEU - Comissão Mista Brasil Estados Unidos

CODENO - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste

CONDEL - Conselhos deliberativos

COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste

FNDR - Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MI - Ministério do Interior

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PIB - Produto Interno Bruto

PLpT - Programa Luz Para Todos

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAA - Programa Nacional de Acesso à Alimentação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazonia

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UBS – Unidade Básica de Saúde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapas quantílicos - PIB per capita de São SP e BA 2021	38
Figura 2 - Mapas Quantílicos % da população municipal sem atendimento de coleta e tratamento de esgoto 2021 – SP x BA	43
Figura 3 - % Atendimento Total de Água e Esgoto em Salvador 2022	44
Figura 4 - Mapas Quantílicos de óbitos infantis por ocorrência por município para SP e BA 2022	45
Figura 5 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) Nordeste e Sudeste 2021/2022	46
Figura 6 - Mapa de Clusters PIB per capita: SP x BA	49
Figura 7 - Mapa de Clusters da % da população municipal sem atendimento de coleta e tratamento de esgoto: SP x BA.....	51
Figura 8 - Mapa de Clusters de óbitos infantis por residência e por município para o estado de São Paulo	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados utilizados para São Paulo e Bahia	35
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Concentração da Produção Industrial Brasileira (participação em %)	17
Tabela 2 - Participação na Transformação Industrial Nacional Estado de SP anos 1939, 1959 e 1970 (%)	17
Tabela 3 - Tipos de Bens, Valor Adicionado (%), Potencial Instalado no Nordeste (%) e Investimentos do Projeto Artigo 34/18	20
Tabela 4 - Dados Estatísticos PIB Per Capita - SP x BA 2021	37
Tabela 5 - Renda per capita SP x BA 2021	39
Tabela 6 - Índice de Gini 2021	40
Tabela 7 - Ranking IDH, IDH Renda, IDH Educação e IDH Longevidade nos estados SP e BA 2021	41
Tabela 8 - Taxa de Analfabetismo SP x BA 2022 (%)	42
Tabela 9 - Insegurança Alimentar - % Domicílios e Total de moradores	47
Tabela 10 - I de Moran Local Univariado para variáveis do estado de São Paulo	48
Tabela 11 - I de Moran Local Univariado estado da Bahia	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FORMAÇÃO DAS ECONOMIAS DO NORDESTE E DO SUDESTE	13
2.1 A origem das desigualdades regionais brasileiras: Breve retrospecto	13
2.2 O início do século XX e as mudanças na estrutura produtiva.....	15
2.3 A questão econômica e o desenvolvimento a partir do século XXI por meio de políticas públicas	25
3 METODOLOGIA E DADOS	31
3.1 – Métodos utilizados	31
3.1.1 Revisão bibliográfica.....	31
3.1.2 Análise descritiva de dados	31
3.1.3 Análise exploratória de dados espaciais	32
3.2 – Dados utilizados.....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
4.1 Análise descritiva dos dados	37
4.2 Análise exploratória espacial.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado por uma história complexa e por uma economia que apesar das potencialidades, apresenta uma tendência a uma baixa diversificação, privilegiando elevadas concentrações de renda ao longo dos períodos, que acrescida às dimensões continentais de seu território, acaba por evidenciar disparidades socioeconômicas significativas entre suas distintas áreas geográficas.

Abordar o desenvolvimento econômico no Brasil e sua orientação para a economia regional implica transitar por um caminho complexo, mas que já foi iluminado pela herança intelectual deixada por Celso Furtado. Para Furtado, o desenvolvimento é um processo histórico que se relaciona com a expansão da economia industrial. Ele defende que as áreas que assimilaram as técnicas da Revolução Industrial como por enxerto, sem desenvolverem uma indústria própria, ficaram subdesenvolvidas (HORTÊNCIO e MILANI, 2018).

Desse modo, o objetivo geral do presente estudo objetivo analisar o comportamento distinto das economias e de algumas variáveis que representam o desenvolvimento dos estados de São Paulo e da Bahia, no ano de 2021 e 2022. Esta análise teórica será conduzida com o intuito de evidenciar as discrepâncias existentes, bem como suas raízes, não apenas via revisão bibliográfica, mas também por meio da análise exploratória de dados espaciais.

Os objetivos específicos do trabalho incluem a elaboração de uma sucinta linha do tempo baseada nas concepções de diversos autores, que aborda o processo de formação econômica e social das regiões que abrangem os estados de interesse para este estudo, assim como a análise das diferentes políticas públicas implementadas ao longo do tempo e seus respectivos impactos. A questão central que orienta esta pesquisa é a investigação dos principais fatores impulsionadores das disparidades econômicas e de desenvolvimento ainda presentes entre tais regiões e especialmente entre São Paulo e Bahia. A hipótese subjacente ao trabalho é que essas discrepâncias são resultado de uma interação complexa de fatores históricos acumulados ao longo do tempo.

A motivação para este estudo deriva da constatação dos caminhos que as regiões Nordeste e Sudeste percorreram para chegar no momento atual. A pergunta principal do trabalho é entender como o Brasil que começou sua história tanto econômica quanto de colonização pela Bahia tem hoje como área de grande relevância, principalmente econômica, o estado de São Paulo. Sabe-se que este é um tema complexo e bastante discutido na literatura, assim, a contribuição do presente estudo está em alinhar a revisão bibliográfica com a análise exploratória de dados espaciais, para o período recente.

Para isso, o trabalho se dividirá em quatro capítulos, além da presente introdução. Sendo que o capítulo de número dois traçará os principais marcos históricos que influenciaram o desenvolvimento das regiões Nordeste e Sudeste brasileiras. No terceiro capítulo, será apresentada a metodologia utilizada e no quarto capítulo serão apresentados os resultados bem como as discussões levantadas. Por último, tem-se as conclusões finais obtidas por meio do estudo.

2 FORMAÇÃO DAS ECONOMIAS DO NORDESTE E DO SUDESTE

Este capítulo é uma peça chave na estrutura desta monografia, já que visa estabelecer as bases históricas que sustentam a análise do contexto socioeconômico das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, bem como de São Paulo e da Bahia. O estudo da economia regional e das desigualdades socioeconômicas requer um amplo arcabouço bibliográfico para compreender as complexas interações entre fatores históricos, econômicos e sociais que moldaram as disparidades regionais ao longo do tempo. Será dada ênfase especial às contribuições da escola cepalina, com destaque para o trabalho de Celso Furtado, cuja análise pioneira sobre o Nordeste brasileiro ajuda a esclarecer as raízes históricas e econômicas das desigualdades regionais. Com base nesses fundamentos, o presente capítulo visa fornecer uma estrutura conceitual sólida para a compreensão das complexidades das disparidades regionais no Brasil.

2.1 A origem das desigualdades regionais brasileiras: Breve retrospecto

Nascido e criado no interior nordestino, Celso Furtado é figura proeminente na história brasileira e teve sua jornada marcada por contribuições em diversos setores. Sua trajetória, desde os primeiros anos até se tornar um renomado economista e intelectual público, é marcada pela dedicação ao desenvolvimento do país e da região latino-americana em geral (CPDOC, 2023).

Em sua passagem pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), Furtado contribuiu com o pensamento subdesenvolvimentista das nações periféricas, argumentando que o subdesenvolvimento possui raízes históricas relacionadas à busca de vantagens comparativas no comércio internacional. Isso impulsionou a produtividade, porém criou dependência em relação aos produtos importados dos países centrais¹ (PELLEGRINO, 2003).

Furtado (1974) destaca que o subdesenvolvimento tem suas raízes na maneira como as nações periféricas absorveram o progresso tecnológico em um sistema capitalista global liderado pela Inglaterra após a Revolução Industrial. Nesse sistema, uma divisão internacional do trabalho foi estabelecida com base nas vantagens comparativas e no livre comércio, deixando as nações periféricas na posição de exportadores de matérias-primas, enquanto as

¹ Ao estudar e analisar a grande desigualdade entre os países produtores e exportadores de bens manufaturados daqueles produtores e exportadores de bens primários, Raúl Prebisch propôs a ideia de que os países no sistema mundial constituíam uma “constelação econômica”, descrevendo as relações econômicas internacionais como um sistema de centro-periferia (PREBISCH, 1987, p.14).

nações centrais eram as principais produtoras e exportadoras de tecnologia avançada. Portanto, ao adotar tecnologias desenvolvidas em contextos históricos e sociais diferentes, as nações periféricas introduziram desafios significativos em seu processo de desenvolvimento (BORJA, 2009).

Cardoso e Faletto (1975 e 2010) explicam que em uma dependência nacional-exportadora, a economia central controla o comércio, não a produção, e, portanto, o país periférico mantém suas atividades produtivas herdadas da época colonial. O objetivo do país dominante é garantir o acesso às matérias-primas necessárias, investindo em setores que as economias locais não conseguem desenvolver, como infraestrutura e transporte. Isso cria uma dependência explícita nas áreas de comércio e investimento local.

A colonização histórica e a divisão internacional do trabalho, liderada pela Inglaterra, contribuíram para essa dinâmica com foco nas atividades comerciais e na falta de inovações na produção. De acordo com Erthal (2000), durante a colonização, as regiões periféricas foram exploradas para fornecer matérias-primas e mão-de-obra aos países centrais. Isso levou ao desenvolvimento de uma economia mono exportadora, baseada na produção de commodities, e à dependência externa.

Nesse sentido, Araújo e Santos (2020) dialogam que a persistência da monocultura, a agricultura de subsistência e a estrutura do patriarcalismo colaboraram para a concentração de renda e a lentidão na formação do mercado interno brasileiro. Em contrapartida, o verdadeiro crescimento voltado para o mercado interno ocorreu no Sudeste brasileiro, principalmente durante a hegemonia do ciclo do café na segunda metade do século XIX. Foi ali que surgiram condições econômicas mais favoráveis para o crescimento das atividades produtivas. Furtado (2007) vê esse período como uma fase de transição econômica que estabeleceu um "sistema econômico autônomo capaz de gerar seu próprio crescimento" (FURTADO, 2007, p. 71).

Esse movimento desempenhou um papel crucial na concentração e centralização de capitais. À medida que a industrialização se expandia nos centros econômicos mais ativos do Brasil, as disparidades regionais também se agravaram. Furtado (1959) ressalta que é impossível manter, no mesmo país, uma economia industrial regional ao lado de diversas economias baseadas em setores primários, pois a região industrial sempre sujeitará as regiões mais tradicionais à dependência e subordinação. Nesse contexto, o autor ressalta a presença de uma tendência de desaceleração do crescimento das economias baseadas em recursos primários, devido à influência das economias industriais, uma tendência que aparentava se manifestar de maneira análoga no âmbito interno do Brasil, já no período em que Furtado escrevia.

Segundo Diniz (2009), Furtado apresenta 3 características determinantes da dicotomia existente na região nordestina. Em primeiro lugar, na faixa litorânea úmida, a economia exportadora de açúcar foi baseada em trabalho escravo, que foi substituído por relações de trabalho pré-capitalistas após a abolição da escravidão. Em segundo lugar, no interior da região, o crescimento demográfico empurrou a população para terras mais áridas, agravando as próprias condições de subsistência. Por fim, a forma de organização do trabalho do semiárido se baseava em uma população camponesa sem-terra e sem salário, que trabalhava para o dono da terra na forma de "meia" (atividade na qual o meeiro reparte com o dono da terra todo resultado da produção).

Portanto, pode-se dizer que se no Nordeste surgiram as bases iniciais da ocupação territorial do Brasil, foi no Sudeste que se estabeleceram os fundamentos do crescimento orientado para o mercado interno, uma dinâmica que moldou o país. Essa transformação ocorreu à medida que o Brasil se tornou independente e superou a era do escravismo, marcando seu início nos primeiros anos do século XX.

2.2 O início do século XX e as mudanças na estrutura produtiva

Como visto anteriormente, durante o período colonial, o Brasil enfrentou obstáculos ao desenvolvimento industrial impostos por Portugal, que buscava manter o território voltado para a produção agrícola, especialmente o café. No entanto, o capital gerado pela cafeicultura acabou impulsionando o início do processo de industrialização, conforme Catelli (1992) *apud* Roth (2019). Essa dependência da produção cafeeira não apenas contribuiu para a evolução da infraestrutura, com a criação de novas estradas, mas também gerou capital financeiro significativo.

Furtado (2009) destaca que as disparidades regionais surgiram na primeira metade do século XX, impulsionadas pelo padrão estrutural explorador entre regiões industrializadas (Centro-Sul) e aquelas dependentes de atividades primárias (Norte/Nordeste). Esse modelo reproduzia a exploração internacional das colônias produtoras de matéria-prima pelos países centrais.

Para Cano (1977), a economia cafeeira de São Paulo foi tão importante que liderou a integração do mercado nacional até meados de 1930. Em contrapartida, no mesmo ano, o Nordeste apresentou queda nos preços das exportações, dificuldades para conquistar mercados regionais e uma urbanização limitada, além de ainda possuir estruturas coloniais persistentes.

O autor destaca que o Estado atuou de maneira estratégica para fortalecer a economia de São Paulo e alavancar seu desenvolvimento, incluindo:

- a) Intervenções na questão migratória: facilitando e subsidiando parte do fluxo de imigrantes para São Paulo. A imigração desempenhou papel significativo no desenvolvimento da economia paulista, fornecendo mão de obra para a expansão da cafeicultura e a industrialização. Tal intervenção foi fundamental para atender à crescente demanda por trabalhadores;
- b) Planos de valorização do café: por meio da concessão de recursos financeiros ou empréstimos obtidos no exterior. Dessa forma, os preços do café se sustentariam no mercado internacional, garantindo a rentabilidade do setor;
- c) Investimentos em infraestrutura: através da construção de estradas de ferro para expandir o mercado interno e conectar as áreas produtoras de café com os portos para exportação. A presença de ferrovias possibilitou um fluxo mais eficiente da produção e promoveu a interligação da economia do estado de São Paulo com a economia nacional.

A integração desses esforços estaduais com as políticas nacionais teve um impacto significativo na configuração do desenvolvimento econômico no Brasil, com ênfase no desenvolvimento econômico paulista, especialmente durante a Era Vargas, que teve seu início na década de 1930 (até 1945) e posteriormente em seu segundo mandato entre 1951-1954. Nesse contexto, especialmente no segundo mandato de Getúlio Vargas e com foco na região Sudeste, a ideologia de um Estado ativo e orientado para o desenvolvimento começa a surgir e evoluir no Brasil (ALBUQUERQUE, 2015).

Cano (2007) destaca que o desenvolvimento industrial em São Paulo, na década de 1930, não se refletiu em um modelo de distribuição igualitária de investimentos pelo país. Pelo contrário, concentrou-se na indústria paulista, reforçando seu domínio sobre os mercados internos. Nesse sentido, Furtado (1961) ressalta a importância da capacidade ociosa da indústria na recuperação dessa década, evidenciando que a taxa de acumulação industrial foi mais alta em São Paulo, proporcionando-lhe vantagens.

A Tabela 1 apresenta a concentração da produção industrial brasileira para São Paulo e Rio de Janeiro.

Tabela 1 - Concentração da Produção Industrial Brasileira (participação em %)

Estado - Ano	1907	1919	1939
São Paulo	15,9	31,5	45,4
Rio de Janeiro	38,8	28,2	22,0

Fonte: Adaptado de CANO (1997).

Conforme mostrado na tabela 1, em 1907 os estados São Paulo e Rio de Janeiro já detinham 60% da produção industrial brasileira, consolidando a região Sudeste como um ambiente mais favorável para a inserção de novas indústrias. No ano de 1939, essa concentração resultava em 67,4% da produção industrial brasileira. É importante ressaltar que junto a atividade industrial todo um ecossistema econômico se formava, com por exemplo, oferta de postos de trabalho com exigência de mão de obra qualificada e com maiores salários, se comparada a atividade agrícola, formando assim, uma dinâmica positiva para os estados em questão.

A Tabela 2 evidencia a consolidação do estado de São Paulo como figura relevante na transformação da indústria nacional.

Tabela 2 - Participação na Transformação Industrial Nacional Estado de SP anos 1939, 1959 e 1970 (%)

Ano	Participação na Transformação Industrial
1939	40,7
1959	55,5
1970	58,1

Fonte: Adaptado CANO, 1981.

Destaca-se que a representatividade do valor da transformação industrial de São Paulo no contexto nacional teve uma ascensão marcante, passando de 40,7% em 1939 para 55,5% em 1959 e alcançando 58,1% em 1970, conforme tabela 2.

Nesse cenário, o movimento conhecido como nacional-desenvolvimentismo emerge com o propósito de transformar e intensificar a economia do país, que até então se limitava à atividade exportadora primária. Exemplos de iniciativas no período Vargas incluem a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no estado do Rio de Janeiro em 1946, criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 e a criação da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) no estado de São Paulo em 1953 (FURTADO, 2011).

Paralelamente, Oliveira (2009) afirma que as políticas industrializantes implementadas por Getúlio Vargas foram um dos principais pontos de sustentação do “deslocamento do centro dinâmico”, conforme já afirmava Furtado (1959) entre as regiões Nordeste e Sudeste. O autor cita que o governo Vargas ofereceu incentivos fiscais e proteção alfandegária,

direcionando investimentos e indústrias para o estado, consolidando a centralização do mercado nacional em São Paulo (OLIVEIRA, 2009).

Ademais, Cano (2007) argumenta que nesse período, São Paulo apresentou significativa transformação da agricultura, especialmente na produção de algodão e açúcar, fortalecendo a economia paulista e inibindo o desenvolvimento econômico de outras regiões. À medida que a industrialização paulista avançava, muitos residentes da região Nordeste saíam em busca de novas oportunidades de emprego nas indústrias emergentes, resultando em um êxodo rural em direção à capital, onde uma nova classe trabalhadora estaria emergindo. Esse movimento populacional exacerbou as disparidades regionais, uma vez que a política de desenvolvimento estava predominantemente focada em São Paulo no período (COUTINHO, 1999).

É também nesse período que a região Nordeste enfrenta uma significativa emigração inter-regional, de forma que, ao longo da década, a taxa média de crescimento anual da população nordestina fica em torno de 2,1%, enquanto a do Brasil em aproximadamente 3,5% (FUSCO e OJIMA, 2015).

No que diz respeito especificamente a região Nordeste, com o passar dos anos, se avolumavam as evidências das disparidades de crescimento e desenvolvimento da região, principalmente se comparada a região Sudeste, realçando a necessidade de medidas do governo para melhorar tais condições. Neste sentido, foram implementadas iniciativas governamentais que buscavam trazer melhores condições a região. Inicialmente, em 1948, a criação da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), concebida como parte da primeira geração de empresas estatais no Brasil, representou um marco na busca por soluções, focando especialmente na infraestrutura crítica do Nordeste (OLIVEIRA, 2014).

A atuação da CHESF, iniciada com a concessão do aproveitamento hidrelétrico do rio São Francisco, destacou-se como um elemento-chave para viabilizar a industrialização na região nordestina, marcada por desafios geográficos e socioeconômicos. Ao longo de sua história, a CHESF desempenhou um papel crucial, caracterizando futuros empreendimentos federais no setor elétrico nacional, interligando usinas, fornecendo energia para mercados regionais e catalisando o sistema (CASTRO, 1985).

No entanto, as disparidades persistiram, levando Celso Furtado a elaborar o relatório GTDN (1959), diagnosticando os motores do subdesenvolvimento nordestino, e propondo medidas para superação. O relatório revela que em 1956 a renda per capita no Nordeste era notavelmente inferior ao Centro-Sul, tornando-o uma das regiões menos desenvolvidas do

Ocidente, comparável apenas a alguns países como Bolívia, Haiti e Honduras. Além disso, a seca de 1958 agravou essa disparidade. O Nordeste enfrentava uma produtividade agrícola significativamente menor devido à escassez relativa de recursos naturais, especialmente terras férteis, em comparação com o Centro-Sul.

Visando enfrentar tais desafios, em 1959, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) criou e nomeou Celso Furtado como diretor do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) (TENÓRIO E WANDERLEY, 2018). O CODENO foi a base da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão que tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico do Nordeste, como uma tentativa de descentralizar o “mercado nacional” que havia sido criado no Sudeste brasileiro, conforme exposto acima (OLIVEIRA, 2009).

O governo de Juscelino foi marcado por um envolvimento total do setor público na elaboração de uma política de desenvolvimento, destaque para o Plano de Metas. Com previsão de cinco anos, a maioria das resoluções do plano baseava-se nos diagnósticos e projeções da Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU) e do Grupo CEPAL-BNDE, envolvendo tanto o setor público quanto o privado (MACHADO, 2019). O Plano de Metas impulsionou a expansão econômica brasileira aceleradamente, com taxas de crescimento de 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4% nos anos 1957 a 1960, após um crescimento de apenas 2,9% em 1956. Os investimentos realizados foram cruciais para a mudança estrutural, acelerando a participação industrial no PIB e o processo iniciado em 1930, que resultou em um país mais moderno e desenvolvido (FURTADO, 1979).

Nesse contexto, a CHESF fortaleceu-se institucionalmente, tornando-se uma aliada estratégica na formulação de políticas que deram origem a uma nova classe dirigente na região Nordeste. Através de iniciativas como o “sistema 34/18”², posteriormente transformado no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), e o Plano de Eletrificação do Nordeste, a CHESF desempenhou um papel crucial no desenvolvimento regional, atraindo investimentos e promovendo a eletrificação da região (OLIVEIRA, 2014).³

² O termo “sistema 34/18” provém da legislação que governa a gestão dos incentivos fiscais pela SUDENE, especificamente do Artigo 34 do Decreto nº 3.995, datado de 14 de dezembro de 1961, com modificações introduzidas pelo Artigo 18 do Decreto nº 4.239, de 13 de junho de 1963. Essa legislação permitia que qualquer empresa abatesse até 50% do valor devido de Imposto de Renda, desde que investisse uma quantia equivalente em um empreendimento industrial no Nordeste, cujo projeto fosse aprovado pela SUDENE (TOLEDO, 2013).

³ A partir de 1960, a CHESF começou a declinar devido à perda de autonomia após a criação do Ministério de Minas e Energia. Internamente, a morte do presidente em exercício, Antônio José Alves de Souza, em 1961, resultou em uma renovação completa da diretoria, mas a continuidade administrativa foi mantida. A história dos pioneiros da CHESF destacou-se pela eficiência, capacidade empreendedora e impacto significativo,

Antes do Artigo 34/18 e da criação da SUDENE, a indústria nordestina era dominada por setores como processamento de produtos agrícolas, refinarias de açúcar, bens de consumo leves e, notadamente, a indústria têxtil. No entanto, devido a políticas cambiais que favoreciam a importação de máquinas, a indústria têxtil nordestina perdeu espaço para competidores paulistas. Esse cenário foi impulsionado pelo custo mais elevado da mão-de-obra no Centro-Sul, tornando a substituição por máquinas mais vantajosa, conforme indicado pelo GTDN (1967).

Em 1962, a produção nordestina de bens de consumo representava aproximadamente 70%, enquanto na indústria de bens de capital e intermediários era apenas 30%, cerca da metade da média nacional (58,8%), conforme a Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Tipos de Bens, Valor Adicionado (%), Potencial Instalado no Nordeste (%) e Investimentos do Projeto Artigo 34/18

Tipos de bens	Valor Adicionado (%) 1962		Potencial Instalado no Nordeste (%) 1959	Investimentos de Projetos do Art. 34/18
	Brasil	Nordeste		
Bens de Capital e Intermediários	58,8	29,2	30,2	67,4
Bens de Consumo	41,2	70,8	69,3	32,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Adaptado HIRSCHMAN, 1967.

Conforme visto na Tabela 3, os investimentos do Artigo 34/18 desempenharam um papel fundamental na reconfiguração da indústria nordestina, marcada pelo aumento expressivo da importância de bens intermediários e de capital. Simultaneamente, houve substancial redução na participação dos investimentos na indústria de bens de consumo. Isso aproximou a estrutura industrial nordestina da média nacional, com cerca de 2/3 dos investimentos do Artigo 34/18 direcionados para bens intermediários e de capital.

Embora Hirschman (1967) veja isso como um desdobramento positivo do crédito fiscal, é relevante observar que essas indústrias não geraram efeitos multiplicadores em outros setores, impedindo o fortalecimento de uma burguesia industrial regional. Muitas empresas que se estabeleceram no Nordeste por meio do Artigo 34/18 operavam como extensões do capital produtivo do Sudeste, não contribuindo para o desenvolvimento econômico e político dos empresários locais, conforme apontado por Bacelar (2000).

contribuindo para a expansão industrial nos anos 70 e consolidando sua presença nos cenários político e econômico. Verificar Oliveira (2014).

De acordo com Cano (2000), aproximadamente metade dos investimentos incentivados no Norte e Nordeste provinham de capitais externos à região, principalmente de São Paulo, enquanto a participação de capitais locais era limitada. Cano (2000) também observa que a indústria que se estabeleceu no Nordeste após a intervenção da SUDENE não estava alinhada com o mercado de massa de baixa renda predominante na região, não incidindo efetivamente sobre as questões de emprego e concentração de renda urbana.

Ademais, o relatório GTDN (1967) também destaca que as diferenças de renda entre as regiões brasileiras poderiam se consolidar devido às barreiras à mobilidade da mão de obra em direção a regiões com salários mais altos. Outrossim, o sistema tributário federal já era considerado regressivo e incapaz de corrigir desequilíbrios regionais. A economia açucareira nordestina, que costumava impulsionar o crescimento, não conseguia mais fazê-lo devido à concentração de renda e à perda de importância econômica de tal produto⁴. O diagnóstico de Celso Furtado enfatizou que a industrialização e a diversificação econômica eram a única saída para o Nordeste e apontou a importância do progresso técnico (GTDN 1967).

O Plano de Ação, derivado do Relatório GTDN (1967), precedeu a criação efetiva da SUDENE. O plano é composto por 4 Planos Diretores. O primeiro Plano Diretor (1961-1963) definiu quatro grupos de ação relacionados à gestão dos recursos hídricos, reestruturação da economia agrícola, abastecimento e colonização, conforme Sudene (1966). Resumidamente, o primeiro grupo trata da criação de uma indústria siderúrgica, visando atrair indústrias mecânicas para a fabricação de maquinários agrícolas, o segundo grupo trata da inclusão de indústrias com matéria prima local visando a penetração nos mercados do Sul, e o terceiro grupo foca em recuperar os setores tradicionais nordestinos, como por exemplo o setor têxtil (ALBUQUERQUE, 1971).

Adicionalmente, o primeiro Plano propôs a realocação da população excedente do semiárido para outras áreas, promovendo uma mudança demográfica que resultasse em uma economia mais produtiva no semiárido. Essas medidas visavam tornar a economia nordestina menos vulnerável às secas e reduzir a disparidade econômica entre o Centro-Sul e o Nordeste, conforme destacado por Toledo (2013).

⁴ O declínio da economia açucareira no Nordeste, analisado pelo GTDN (1967), foi atribuído à concentração de renda e à dependência do comércio externo. A incapacidade do setor açucareiro em sustentar o crescimento regional ao longo do século XX resultou na perda de sua relevância como gerador significativo de renda e emprego. A falta de formação de um mercado interno, devido à concentração de renda, impediu a transferência de dinamismo econômico, ao contrário do que ocorreu com o café no Centro-Sul. O relatório destacou que, dadas as limitações de terras férteis, a viabilidade do desenvolvimento no Nordeste dependia da capitalização e industrialização. A industrialização, conforme enfatizado, tornou-se a única opção racional para diversificar a oferta, aumentar a renda e abrir caminho para o desenvolvimento na região.

O segundo Plano Diretor, abrangendo o período de 1963 a 1965, manteve as diretrizes anteriores e flexibilizou o mecanismo de crédito fiscal, direcionando investimentos para a agricultura, embora os resultados permanecessem incertos. Nos terceiro e quarto Planos Diretores (1966-1968 e 1969-1973), a SUDENE reconheceu as limitações de suas estratégias e propôs melhorias, incluindo pesquisas em hidrologia e hidrogeologia. Contudo, apenas 40% dos recursos destinados à agricultura foram efetivamente utilizados, conforme apontado por Souza (1997).

No entanto, após o Golpe Militar de 1964, Toledo (2013) afirma que o país enfrentou uma modernização conservadora, que não atendeu às reformas propostas pela SUDENE e Celso Furtado. A industrialização nordestina ocorreu, mas como uma extensão do capital do Sudeste, sem o surgimento de uma classe burguesa industrial regional. Nesse período, a SUDENE viu suas funções de planejamento serem retiradas, sofrendo cortes no orçamento e sendo transformada em um órgão de apoio financeiro e técnico para projetos nacionais. Ela também passou a ser vinculada ao Ministério do Interior (MI), direcionando investimentos para estados mais desenvolvidos da região (COLOMBO, 2018).⁵

Nesse período, houve uma reorientação do desenvolvimento regional, destacando-o como parte integrante da estratégia global de desenvolvimento, priorizando, acima de tudo, a expansão do mercado interno, mesmo em detrimento das disparidades regionais (MONTENEGRO *et al.* 2012). A partir desse ponto, percebe-se uma redução nas preocupações com a dimensão social do desenvolvimento regional, concentrando-se mais em aspectos políticos, estratégico-militares e econômicos (GALVÃO, 1987).

A partir dos anos 1970, a política de industrialização do Nordeste continuou com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). As políticas do I e II PND (1972-1974 e 1975-1979, respectivamente) tinham como objetivo alavancar o processo de desenvolvimento econômico no Brasil, dessa forma, projetos de integração nacional e expansão da fronteira de desenvolvimento foram priorizadas.

Durante o período do II PND, observou-se um crescimento médio do PIB de 6,3% ao ano. Paralelamente, a dívida externa experimentou um notável aumento, elevando-se de US\$ 2,5 bilhões no início da ditadura militar para mais de US\$ 100 bilhões em 1985. Destaca-se que a concentração da dívida externa bruta no setor público apresentou um expressivo crescimento, passando de 24,9% em 1972 para 50,4% em 1975 e atingindo 76,6% em 1980,

⁵ Portugal e Silva (2020) indicam que após a anistia de 1979, as eleições para governadores em 1982 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma descentralização significativa nas funções da SUDENE. Esse processo redistribuiu o poder entre a União, os estados e os municípios.

marcando um processo de estatização desse passivo financeiro (TEIXEIRA, sd *apud* RODRIGUES, 2015).

A segunda metade da década de 1970 testemunhou um processo de desconcentração industrial na região Nordeste, resultando em um crescimento na participação do valor de transformação industrial em relação aos bens intermediários (CARVALHO, 2001).

Steinberger (1988) ressalta uma mudança crucial na política de desenvolvimento regional a partir de 1979, que deixou de focar exclusivamente em áreas específicas, como a Amazônia e o Nordeste. A autora argumenta que a concepção geral da abordagem se transformou, passando de tratar as regiões como meras executoras de um plano nacional imposto pelo Estado desenvolvimentista. Steinberger (1988) afirma a necessidade de incorporar as particularidades regionais na política macroeconômica e setorial, reconhecendo as regiões como coparticipantes do desenvolvimento nacional. Essa transição sugeriu uma mudança de uma abordagem de formulação de políticas de cima para baixo, para um processo mais inclusivo de baixo para cima.

A ata da reunião 225 do CONDEL da SUDENE (1979) *apud* Portugal e Silva, (2020), conduzida pelo Ministro do Interior, Mario Andreazza, revela medidas para fortalecer a instituição, incluindo a ampliação do orçamento do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) a coordenação de programas regionais. O final da década de 1970 revela forte hierarquia, em que o governo federal repassava recursos para a SUDENE, que, por sua vez, distribuía para estados e, por fim, municípios. Após 1988, essa hierarquia mudou, com recursos dos fundos de participação indo diretamente para estados e municípios. A Reunião nº 346, em 1989, sinaliza uma mudança significativa, com representantes estaduais substituindo governadores, debates sobre problemas no FINOR e um aumento da influência dos parlamentares, com base no cunho autoritário do regime militar.

A partir de meados dos anos 1980, a crise nas finanças públicas nacionais⁶, marcada por baixo crescimento, recessão e aumento do desemprego, resultou em uma queda acentuada na capacidade de intervenção governamental em políticas nacionais de desenvolvimento. O investimento federal diminuiu nas regiões menos desenvolvidas, enfraquecendo as políticas regionais explícitas, conforme apontado por Neto, *et al.* (2017). Somado a isso, a economia agrícola do semiárido foi fortemente impactada pelo período intenso de seca entre os anos 1979 e 1983, deteriorando ainda mais o cenário Nordestino (CARVALHO, 2001).

⁶ Crise da Dívida Externa. Vide Batista (1994) para mais informações.

Em 1985, o Projeto Nordeste foi concebido como a última iniciativa para revitalizar a região e legitimar as ações estatais. Propunha-se que o desenvolvimento regional fosse parte integrante de uma política nacional para reduzir desigualdades regionais e interpessoais de renda. Conhecido como “Nordestão”, o projeto priorizou o pequeno produtor rural, com planos de evoluir para abranger o desenvolvimento de toda região. Planejavam-se cinco programas, mas apenas o PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural), também criado em 1985, foi executado (CARVALHO, 2001).

Os trabalhadores rurais e a Sociedade Civil desacreditavam do PAPP, caracterizando-o como uma continuação sem mudanças significativas nas intervenções estatais. Alegou-se que, apesar do discurso sobre planejamento participativo desde 1982, na prática, a participação era ilusória. O Projeto Nordeste e o PAPP foram fortemente criticados por sua origem autoritária e a falta de participação democrática dos envolvidos (CHALOULT, 1985). Desse modo, o Movimento Muda Nordeste, liderado pelo PMDB pernambucano denunciou o caráter autoritário dos projetos, marcando o fim da era dos programas característicos do período militar (CARVALHO, 2001).

A década seguinte (1990) é caracterizada pela “reforma do Estado e a liberalização comercial e financeira, que seria ampliada e consolidada com o Plano Real.” (MANTEGA, 2001, p.1). Durante esse período, Diniz (1999) destaca um aumento nos fluxos financeiros e na disponibilidade de capitais, coincidindo com a ascensão do neoliberalismo. Essa mudança interna foi marcada por um "ponto de inflexão" durante o governo Collor (1990-1992), caracterizado pela redefinição radical da agenda pública. Entretanto, vale ressaltar que a dinâmica do neoliberalismo não tinha foco para a questão regional.

Com a implementação do Plano Real em 1994, ocorreu uma reorganização fiscal e financeira do país, bem como a estabilização do nível geral de preços, mas as políticas regionais explícitas foram prejudicadas pela ênfase na liberalização comercial e financeira e na redução do papel do Estado como indutor econômico (NETO *et al.*, 2017). Essa transformação intensificou-se no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), consolidando a busca por um modelo econômico centrado no mercado e rompendo com a ordem antiga (NUNES, 1990). A prática do planejamento foi abandonada, e as políticas regionais ficaram relegadas ao esquecimento. Como resultado, a década de 90 não apresentou nenhum programa relevante de desenvolvimento regional (CARVALHO, 2001).

A ausência de políticas regionais levou à concentração econômica no Sul e Sudeste, exacerbando disparidades e limitando o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. O

processo de desconcentração regional⁷, anteriormente impulsionado por políticas centralizadoras, foi revertido, marcando um período de significativa mudança na dinâmica econômica do país (TOPPAN, 2018).

2.3 A questão econômica e o desenvolvimento a partir do século XXI por meio de políticas públicas

A presente seção tem como objetivo analisar medidas implementadas para melhora do cenário socioeconômico brasileiro no século XXI. Dessa forma, serão apresentados alguns dos diversos programas executados para combate à fome e a miséria brasileira, dentre outros que estão diretamente relacionados com o desenvolvimento econômico das regiões e principalmente dos estados foco da análise proposta.

Partindo do princípio, o início do século XXI foi marcado por uma transição da ideologia política, além disso, nesse período, o Brasil testemunhou um aumento na capacidade de intervenção do Estado em políticas de desenvolvimento, incluindo as de cunho regional. Para alguns autores, esse período marcou o início de uma fase neodesenvolvimentista, conforme argumentado por Bresser-Pereira (2016), enquanto outros consideram como o início da segunda onda de neoliberalização, conforme apontado por Brandão (2017). A partir de 2003, o governo Lula apresenta iniciativas que buscam reduzir a concentração de recursos nas áreas metropolitanas (NETO *et al.*, 2017).

Trazendo o olhar a nível nacional, em 2003 havia sido criado o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, mais conhecido como Programa Luz Para Todos (PLpT). Naquela época, a exclusão energética no território nacional afetava mais de 10 milhões de cidadãos (IBGE, 2000). De acordo com Siqueira (2018), a falta de energia estava intimamente relacionada à condição de pobreza, uma vez que 90% dessas pessoas pertenciam a famílias com renda inferior a três salários mínimos.

Ademais, nesse mesmo ano, o governo Lula também instaurou o Programa Fome Zero, com a perspectiva de combate à fome e à miséria, uma vez que a vulnerabilidade à fome alcançou cerca de 27,8% da população brasileira em tal período (VIOLA, 2022). O Programa tinha como instrumento a melhoria do nível de renda da população pobre, visto que a fome

⁷ A desconcentração produtiva no Brasil foi impulsionada por diversos fatores, como o desenvolvimento do mercado nacional liderado pela economia paulista, a expansão da fronteira agrícola, políticas de desenvolvimento regional, incentivos às exportações, investimentos do II PND e o processo de urbanização. Esses elementos contribuíram para transformações estruturais, descentralizando a produção nacional e marcando um período de reconfiguração econômica, especialmente nos anos 80, quando a crise afetou mais a economia de São Paulo (Cano, 1997).

está intrinsicamente relacionada ao nível de riqueza. Desse modo, seria necessário a implementação de políticas públicas que favorecessem o acesso à alimentação de toda a população, além da geração de novos empregos e a melhora na condição salarial (GRAZIANO *et al.* 2010). Para isso, as ações do Programa foram divididas em quatro eixos articuladores, o primeiro consistia na ampliação de acesso à alimentação, como por exemplo o Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O segundo eixo tinha como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar com base no PRONAF e no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). O terceiro eixo aborda a promoção de processos de inserção produtiva e, por último, o quarto eixo refere-se à articulação, mobilização e controle social, ainda conforme Graziano et al. (2010).

Nesse sentido, o Programa Fome Zero deu origem ao Programa Bolsa Família, que consolidou outros programas como Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), Bolsa Alimentação e Programa Auxílio-Gás. Tal programa, categorizado como transferência de renda com condicionalidades, estabelecia benefícios básicos e benefícios variáveis, os quais variam de acordo com a situação de extrema pobreza e pobreza (ARRAIS, 2016).

Soares, Ribas e Osório (2010) identificaram que o Bolsa Família desempenhou um papel significativo na diminuição da desigualdade e extrema pobreza no Brasil. Conforme suas pesquisas, o Programa contribuiu com 21% da redução observada no índice de Gini⁸ nacional, resultando em uma diminuição de 12% na pobreza (hiato da pobreza) e de 19% na severidade da pobreza. No contexto da redução das disparidades, o benefício emergiu como a segunda fonte de renda mais relevante para as famílias, sendo superado apenas pelos rendimentos provenientes do trabalho

Já com o foco regional, o governo propôs a implementação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), destacando a recriação das Superintendências de Desenvolvimento – SUDAM, SUDENE⁹ e SUDECO.

A PNDR tinha como objetivo central reduzir as disparidades regionais e potencializar recursos locais, fundamentando-se nos princípios de equidade e competitividade. Contudo, deparando-se com desafios estruturais do Estado brasileiro e a ausência de um projeto nacional claro, a PNDR enfrentou limitações significativas (COELHO, 2017). Com a necessidade da obtenção de recursos adicionais, a PNDR apostava no auxílio do Fundo

⁸ Instrumento utilizado para medir desigualdade de renda a partir da concentração em determinados grupos (IPEA, 2004).

⁹ Em 2001, devido à escândalos, alegações de desvio de recursos e dificuldades no processo de seleção de projetos, a SUDENE havia sido extinta (CAVALCANTE, FEITOSA, 2019).

Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), proposto na PEC da Reforma Tributária, que, naquele momento, estava em processo tramitação no Congresso Nacional com a finalidade de pôr fim à guerra fiscal¹⁰. Entretanto, apesar dos esforços, a PEC não foi votada no Congresso, inviabilizando o FNDR (AMPARO, 2014).

O governo federal, priorizando outras fontes de financiamento para a iniciativa privada, como os gastos do BNDES, relegou os instrumentos da PNDR a uma participação secundária, diferente do ocorrido no passado com os fundos de investimentos. A multiplicidade de políticas públicas a partir de 2007, destacando-se o PAC, ignorou o planejamento da PNDR para o desenvolvimento regional.

Com a inviabilização do FNDR, a PNDR perdeu força em sua premissa central de atuar nacionalmente em microrregiões prioritárias (concentradas no Norte e Nordeste). O Ministério da Integração Nacional (MI), direcionou esforços para investimentos setoriais a partir de 2004, como o Projeto de Integração do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina, aponta Karam (2012). O autor ainda cita que as tentativas de buscar recursos setoriais para as mesorregiões enfrentaram desafios de planejamento e coordenação intersetorial, sem resultados expressivos. A gestão dos programas mesorregionais pelo MI concentrou-se em organizações locais, mas careceu de apoio consistente à capacitação institucional sub-regional.

Dessa forma, o arranjo institucional da PNDR inativou-se desde 2006, e seus demais instrumentos, como o Comitê de Articulação Federativa, Superintendências e Planos Estratégicos de Desenvolvimento, enfrentaram dificuldades operacionais, não se concretizando como planejado (KARAM, 2012).

No período de 2004 a 2007, a PNDR enfrentou estagnação devido a dificuldades organizacionais e institucionais, que foram superadas com a publicação do Decreto nº 6.047, em fevereiro de 2007. Esse decreto formalizou a PNDR, delineando os papéis do MI e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. As Superintendências de Desenvolvimento do Norte e Nordeste foram recriadas um mês após a publicação do Decreto. No entanto, até o final do segundo governo Lula, elas ainda aguardavam reformas estruturais para uma atuação efetiva (KARAM, 2012).

¹⁰ A "guerra fiscal" refere-se a uma competição intensa entre governos estaduais (e possivelmente municipais) para atrair ou manter investimentos privados em seus territórios. Esse fenômeno, bastante antigo no Brasil, ganhou destaque nos anos 90, caracterizando-se pelo uso de instrumentos fiscais nas políticas de desenvolvimento regional. A expressão "guerra fiscal" denota uma competição agressiva e, no contexto brasileiro, revela a falta de meios de regulação eficazes para mitigar seu impacto negativo nas relações federativas, tornando-se um desafio constitucional (DULCI, 2002).

De acordo com Ferreira (2010) *apud* Karam, (2012), a formalização da PNDR em 2007 foi um momento crucial na reestruturação do MI. Isso se refletiu na adequação dos instrumentos de financiamento à política. O autor evidencia o incremento significativo nos fundos constitucionais destinados à PNDR, com médias de contratações e valores aplicados mostrando aumentos expressivos. Contudo, aponta para o esvaziamento político do MI após 2007, com a perda de status, o que comprometeu a consolidação da PNDR como política de Estado.

Voltando aos programas implementados a nível nacional, em 2009 o Governo Federal lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Além de constituir uma resposta anticíclica à crise econômica global de 2008 (crise do *subprime*)¹¹, o programa tinha como objetivo central a redução do déficit habitacional e a ampliação do mercado habitacional para famílias com renda de até 10 salários mínimos (CARVALHO, MEDEIROS, 2017).

De acordo com dados da PNAD de 2008, o déficit habitacional no Brasil era de 5.546 milhões de domicílios, com 4.629 milhões em áreas urbanas. A região Sudeste concentrava 36,9% desse déficit, seguida pelo Nordeste com 35,1%, São Paulo apresentava o maior déficit, com mais de um milhão de moradias necessárias, enquanto a Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Rio de Janeiro também enfrentavam desafios significativos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011).

As respostas do programa Minha Casa Minha Vida foram positivas, entretanto, o programa foi concebido em descompasso total com a reforma urbana, destacando-se por promover o acesso à moradia mediante a construção de novas habitações com objetivos estritamente lucrativos. O PMCMV representa o auge de políticas públicas habitacionais que se concentram em estratégias de mercado, onde as construtoras adaptam os imóveis às diferentes faixas de renda atendidas pelo programa (KOPPER, 2016). Porém, deve-se ressaltar que embora o governo fornecesse crédito, não oferecia condições adequadas para que as famílias cumprissem com os compromissos do financiamento (MARQUES, 2018).

Por outro lado, as estratégias de combate à pobreza de curto prazo do programa Bolsa Família, que envolviam a transferência direta de renda aos mais pobres, que segundo Freire *et al.* (2013), foram indubitavelmente bem-sucedidas. Isso permitiu que muitas famílias em situação de vulnerabilidade tivessem suas necessidades imediatas atenuadas, especialmente em aspectos relacionados à sobrevivência, como acesso a alimentação, vestuário e remédios

¹¹ Estouro da bolha de hipotecas no mercado financeiro. Ver Tedesco (2019).

Em resposta à crise internacional, gerada pela crise do Subprime, o Governo Federal, a partir de 2009, adotou medidas para estimular a liquidez na economia e estabilizar o mercado cambial. Focando na construção civil, com o PMCMV, e infraestrutura, setores cruciais para a geração de empregos e o PIB, o governo buscou reverter a retração econômica. O setor da construção civil, em particular, teve um papel essencial, criando um recorde de 45 mil empregos em agosto de 2009, conforme Maricato (2009). Esse estímulo não apenas impactou a oferta de empregos diretos no setor, mas também gerou demanda para diversas indústrias relacionadas, contribuindo para o crescimento econômico (ROMAGNOLI, 2012).

Durante o governo Dilma (2011 a 2016), o programa Brasil Sem Miséria (2011), foi implementado para combater a pobreza, ampliando e fortalecendo o Bolsa Família (CAMPELLO *et al.*, 2014). O programa foi estruturado em três eixos: assegurar uma renda para a superação imediata da extrema pobreza, facilitar o acesso a serviços públicos para aprimorar as condições de educação, saúde, proteção social, e promover a inclusão produtiva, com o objetivo de ampliar as habilidades e oportunidades de trabalho e renda para as famílias mais desfavorecidas tanto em áreas urbanas quanto rurais. Cerca de 22 milhões de cidadãos superaram a extrema pobreza graças a essas melhorias, conforme aponta Campello *et al.* (2014).

Conforme Figueiredo (2018), com o propósito de assegurar a oferta de educação profissional a jovens e adultos com baixa escolaridade, em 2011 o governo Dilma desenvolveu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Em julho de 2013, o Programa Mais Médicos (PMM) foi criado com vistas a expandir e desenvolver políticas públicas para enfrentar desafios específicos que vinham limitando a expansão e o progresso da Atenção Básica à saúde no país, principalmente nas regiões afastadas dos grandes centros. Esses desafios incluíam a escassez e distribuição inadequada de médicos, a falta de vagas em cursos de graduação e programas de residência em medicina, bem como um perfil de formação que não atendia devidamente às necessidades da população e do Sistema Único de Saúde (SUS) (PINTO *et al.*, 2017).

Estruturado em três eixos, o primeiro, de provimento emergencial, selecionou profissionais para áreas carentes. O segundo, de infraestrutura, com orçamento de 5,5 bilhões de reais, ampliou e construiu Unidades Básicas de Saúde (UBS). O terceiro, de formação médica, abriu novas vagas e redistribuiu oportunidades em todo o país (PINTO *et al.*, 2017).

O PMM não apenas aumentou a meta de reformas e ampliações de UBS existentes, mas também previu a construção de novas UBS, elevando o total de obras planejadas de

pouco mais de 1 mil para cerca de 4,5 mil UBS, abrangendo 26 mil obras em 5 mil municípios. Houve aumento no número absoluto e relativo de médicos no Brasil e em cada unidade federativa. Em 2012, o país contava com 388.015 médicos, e ao final de 2015, esse contingente alcançou 429.559, representando um crescimento de 10,7%. No entanto, é crucial destacar que, sem a intervenção do Programa Mais Médicos (PMM), 12 estados teriam registrado um crescimento inferior a 10%, sendo estes Acre, Roraima, Amapá, Maranhão, Pará, Tocantins, Goiás, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Em quatro desses estados - Acre, Roraima, Amapá e Maranhão -, o crescimento teria sido nulo, ou até mesmo teria ocorrido uma redução no número de médicos, segundo Pinto *et al.* (2017).

Porém, graças ao PMM, todos os estados registraram crescimento, sendo que apenas em cinco estados - Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina - esse aumento foi inferior a 10%. Adicionalmente, todos os estados das regiões Norte e Nordeste, com a exceção de Pernambuco, experimentaram um crescimento superior a 10% (PINTO *et al.*, 2017).

O segundo governo Dilma foi interrompido devido ao processo de *impeachment* 2016. Este processo gerou uma crise política no país, que já apresentava alguns problemas econômicos que se agravaram, inviabilizando a execução adequada das políticas de incentivo ao desenvolvimento das regiões. Dessa forma, as iniciativas regionais acabaram ficando em segundo plano. Posteriormente, o governo que assumiu o executivo federal em 2019 não apresentou qualquer iniciativa concreta em termos de políticas regionais, sendo que em 2020 o país e o mundo enfrentaram os árduos anos de pandemia da COVID-19, que trouxeram mais desarranjo econômico e exacerbaram as desigualdades entre as regiões brasileiras.

Assim, tem-se que mediante a todo o retrospecto apresentado é possível verificar que apesar de existirem períodos em que a questão regional foi de fato tratada com a devida importância que tem, falta uma continuidade e um plano de longo prazo a nível de país, que garanta a constante atenção às regionalidades, independente do contexto político e econômico.

Ressalta-se que a construção deste capítulo foi feita com vistas a proporcionar um retrospecto histórico e de medidas implementadas com foco em aplacar as discrepâncias existentes entre os estados foco da análise, de forma que com a apresentação dos dados recentes que será feita na sequência, possa-se discutir as desigualdades que ainda persistem tanto entre os estados, quanto dentro de cada estado.

3 METODOLOGIA E DADOS

A metodologia, de forma particular, é delineada como a ferramenta essencial para a condução de um trabalho científico. Conforme destacado por Richardson (2007, p. 22), os elementos metodológicos são descritos como "os procedimentos e regras utilizados por determinado método". Esta seção introduzirá a metodologia empregada, juntamente com os dados selecionados para compor a análise proposta.

3.1 – Métodos utilizados

De forma a proporcionar o melhor entendimento possível sobre o tema abordado, optou-se pelo uso de algumas metodologias, que estão descritas abaixo.

3.1.1 Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica desempenha um papel crucial na condução da pesquisa. Conforme enfatizado por Barros (2009), ela não só identifica os principais interlocutores para o diálogo historiográfico e científico, mas também enriquece o trabalho, evitando a redundância de propostas já feitas e agregando valor ao conhecimento científico.

Nesse sentido, Trentini e Paim (1999) definem a revisão bibliográfica como uma análise crítica, meticulosa e ampla das publicações em uma área específica do conhecimento. Isso implica em não apenas reunir informações, mas avaliar criticamente o que já foi produzido, identificando lacunas e oportunidades para inovação no campo de estudo.

Conforme Boccato (2006), o pesquisador deve atualizar e complementar o conhecimento já existente na busca de soluções para a problemática através do estudo do tema. Desse modo, o presente trabalho realizou em seu capítulo de número dois um levantamento e uma avaliação das obras existentes sobre as disparidades socioeconômicas entre as regiões nordeste e sudeste do país.

3.1.2 Análise descritiva de dados

De acordo com Reis e Reis (2002), a análise descritiva é a fase inicial do processo do estudo dos dados coletados. Seu objetivo é a possibilidade de investigar e obter, a partir de dados quantitativos, uma visualização melhor das informações, de modo a perceber tendências e movimentos que posteriormente podem ser comprovados. Para tanto, foram utilizadas no presente estudo, medidas de posição e dispersão, tais como média, mediana e

desvio-padrão, bem como instrumentos de organização de informações, como os mapas de quantis (GUJARATI e POTER, 2011).

3.1.3 Análise exploratória de dados espaciais

A investigação sobre as regionalidades de uma economia se dá como parte do campo de análise espacial da economia, que, conforme Ferreira (1998) *apud* Nasser (2000), concentra-se na análise da localização de informações em relação umas às outras, com ênfase em fatores como proximidade e/ou concentração. Ademais, seu escopo abrange a investigação das semelhanças e/ou diferenças nos padrões de distribuição geográfica dessas informações.

Guimarães (1997) destaca a importância de construir conceitos e metodologias específicas para recortar regiões, conferindo ao estudo regional um domínio particular na economia política espacial. Nesse contexto, Nilder (1998) exemplifica diversas formas de recortar regiões, destacando cortes espaciais como:

- **Eixos:** recortes espaciais que se concentram em sub-regiões dinâmicas que destacam suas potencialidades, sugerindo a agregação de capacidades em setores produtivos e vantagens na localização de atividades ainda não totalmente exploradas;

- **Polos:** referem-se à recortes espaciais menores com potencial de desenvolvimento. Essas áreas podem servir como centros de interação entre o sistema produtivo e o desenvolvimento tecnológico. A comunidade é percebida como protagonista, empreendedora, autônoma e interdependente, adotando um modelo de gerenciamento específico focado na mobilização e informação;

- **Clusters:** referem-se à um local geograficamente definido, onde várias empresas relacionadas estão situadas ao longo da cadeia produtiva. Esse arranjo conta com elementos de apoio financeiro, estratégico e de infraestrutura, proporcionando uma estrutura dinâmica na qual as empresas competem e crescem;

- **Corredores:** referem-se à um elemento físico que integra e interliga eixos, polos e clusters. Suas atividades estão relacionadas aos conceitos de interligação estrutural dos clusters e áreas caracterizadas pelo desenvolvimento local. Quando se trata de eixos em maior escala, utiliza-se um eixo estruturante em vez de corredores.

Dentre tais cortes, os *clusters* são de grande interesse para o presente estudo.

De acordo com Porsse e Vale (2020), a análise exploratória de dados espaciais (AEDE), ou então, Exploratory Spatial Data Analysis (ESDA), conforme Moura e Lira (2011), é um conjunto de técnicas estatísticas que visam descrever e visualizar distribuições espaciais, identificar padrões de associação espacial (dependência e heterogeneidade

espaciais), identificar comportamentos específicos (valores extremos ou outliers) e testar hipóteses sobre tais relacionamentos espaciais.

Segundo Romero (2006) a utilização de técnicas de AEDE, tem proporcionado uma compreensão clara e detalhada dos desafios em cada região geográfica, capacitando os responsáveis pelas políticas a executarem os projetos de desenvolvimento de maneira eficaz.

Além disso, a AEDE desempenha um papel crucial ao investigar processos potencialmente difusos. Ela se fundamenta no conceito de autocorrelação espacial, resultando em índices globais e locais. Esses índices, como o Índice de Moran, quantificam a associação espacial e podem ser representados visualmente por meio de gráficos de dispersão (Moran Scatterplot) e mapas de *clusters* (Box map). Essas técnicas são valiosas para identificar agrupamentos de objetos com atributos de valores elevados e baixos, áreas de transição e casos atípicos (ALMEIDA, 2012).

O Índice Global de Moran é um indicador de autocorrelação espacial que fornece uma medida geral da associação espacial nos dados, variando de -1 a +1. Valores próximos a zero indicam falta de autocorrelação espacial, enquanto valores positivos ou negativos próximos a um indicam uma forte autocorrelação, ou seja, que áreas próximas tendem a ter valores semelhantes. Para determinar a significância do índice, são realizados testes estatísticos, como o teste de pseudo significância, que compara o índice calculado com uma distribuição simulada (DRUCK *et al.* 2004).

Apesar de ser um bom indicador geral, o Índice Global de Moran fornece apenas um valor único como medida de associação espacial para toda a área de estudo. Para analisar padrões mais detalhados, especialmente em grandes áreas, é sugerido utilizar o Índice Local de Associação Espacial (LISA), que destaca locais específicos com dependência espacial mais acentuada (DRUCK *et al.*, 2004).

Os indicadores locais são ferramentas que produzem índices de associação espacial para cada área analisada, destacando aquelas com maiores semelhanças e formando *clusters*. Conforme definido por Anselin (1996), um indicador local de associação espacial é qualquer estatística que permite identificar padrões de associação espacial significativos e cuja soma total dos indicadores locais segue de modo proporcional o valor obtido para o índice global.

Um método comum para calcular a associação espacial local é o indicador I de Moran Local. A estatística local de Moran para cada área (i) a partir dos valores normalizados (z_i) do atributo é obtida. Similar ao indicador global, é possível realizar um teste de significância estatística usando a pseudo-distribuição. Isso é feito calculando o índice local para cada área,

permutando aleatoriamente os valores das demais áreas e determinando os parâmetros de significância.

Os valores do índice de Moran Local são representados visualmente em um mapa chamado LISA MAP. Neste mapa, as áreas são classificadas em cinco níveis de significância, conforme Anselin (1995): sem significância, significância de 0,05 (95% de confiança), de 0,01 (99% de confiança), de 0,001 (99,9% de confiança) e de 0,0001 (99,99% de confiança). Esse contexto possibilita uma análise visual das áreas mais correlacionadas no espaço, indicando a dependência espacial e o nível de confiabilidade dessa relação.

Logo, a análise exploratória de dados espaciais se mostra uma abordagem adequada para a visualização dos pontos levantados pelo presente estudo, pois permite a abrangência de dados e os organiza de forma espacial, fazendo-se possível a visualização da concentração ou da dispersão das informações de interesse.

3.2 – Dados utilizados

Primeiramente cabe dizer que a proposta de se discutir o desenvolvimento da região Sudeste e Nordeste é bastante complexa, principalmente pela ótica quantitativa, uma vez que há uma grande dificuldade em relação a disponibilidade de dados regionais. Para discutir a complexidade de cada região, entende-se que dados municipais são os melhores, já que são desagregados na menor divisão administrativa existente, o que evita generalizações advindas de eventuais agregações, porém, mais uma vez a disponibilidade de dados para a totalidade de municípios das regiões se mostra uma barreira.

Desta forma, optou-se como estratégia analítica analisar as informações a nível municipal de um estado de cada região de interesse, sendo o estado escolhido, aquele que se destaca na região em termos econômicos, populacionais e históricos. Logo, elegeu-se o estado de São Paulo como representante da região Sudeste e o estado da Bahia como representante da região Nordeste.

Entende-se que para uma análise exploratória, que é a proposta pelo presente estudo, tal estratégia pode proporcionar bons indícios considerando o objetivo proposto, porém, sabe-se que para toda e qualquer conclusão de maior profundidade exige-se a completa observação de toda a região, mesmo porque há especificidades regionais que precisam ser consideradas.

No que tange a escolha das variáveis escolhidas para a análise exploratória espacial, o princípio básico foi a disponibilidade para todos os municípios dos estados escolhidos, bem como para o período mais recente possível. Sabe-se que para a proposta do presente trabalho, o ideal seria analisar dados sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos

municípios, porém, esta informação, pautada no Censo Populacional de 2022, ainda não está disponível. Desde forma, considerando a disponibilidade de informações, foram selecionadas variáveis que dão uma perspectiva das condições econômicas e de desenvolvimentos das localidades analisadas.

Assim sendo, o PIB per capita emerge como um indicador-chave, pois da uma ideia do produto médio de cada município, possibilitando assim uma perspectiva puramente econômica. Já no que tange a escolha da medida da falta de acesso ao tratamento de esgoto como segunda variável fundamenta-se na importância do saneamento básico para a saúde pública e o bem-estar da população. Este indicador faz parte de um bom entendimento sobre o desenvolvimento de uma localidade, uma vez que a ausência de condições sanitárias mínimas, proporcionadas pelo não acesso ao tratamento de esgoto podem influenciar não apenas a saúde, mas também outros aspectos, incluindo a capacidade produtiva do indivíduo.

A terceira variável, óbitos infantis (por ocorrência e por município), é considerada também de grande relevância para compreender a qualidade do sistema de saúde e as condições de vida das populações estudadas.

Além destas variáveis que guiarão a análise exploratória espacial, serão utilizadas mais algumas tais como IDH, índice de Gini, dentre outras, cuja a disponibilidade é apenas estadual, mas que são importantes para complementar as discussões.

O quadro 1 reúne todos os dados utilizados na análise espacial proposta, bem como os dados apresentados para complementar as discussões levantadas.

Quadro 1 - Dados utilizados para São Paulo e Bahia

Variáveis	Descrição	Fonte
PIBper	PIB Per capita (em R\$) – 2021 – dados por município	IBGE
Coltrat	% de residências sem atendimento sem coleta e tratamento de esgoto – 2021 – dados por município	Instituto água e saneamento
Obinf	Óbitos infantis por ocorrência e por município - 2022	DATASUS
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano – 2021 – dados por estado	ATLAS do Desenvolvimento Humano
IDH Renda	Índice de Desenvolvimento Humano relacionado à renda – 2021 – dados por estado	ATLAS do Desenvolvimento Humano
IDH Educação	Índice de Desenvolvimento Humano relacionado à educação – 2021 – dados por estado	ATLAS do Desenvolvimento Humano
IDH Longevidade	Índice de Desenvolvimento Humano relacionado à longevidade – 2021 – dados por estado	ATLAS do Desenvolvimento Humano
Índice de Gini	Índice de Gini – 2021 para o Brasil e para os estados	IBGE
Renda per capita	Renda per capita - 2021	IBGE
Taxa de Analfabetismo	Taxa de Analfabetismo - 2022	IBGE

Insegurança Alimentar	Níveis de Insegurança Alimentar – 2021/22	Rede PENSSAN
------------------------------	---	--------------

Fonte: Elaboração própria.

Cabe salientar que os indicadores que foram analisados para o período de 2022 não possuem dados completos a nível dos municípios necessários para a análise, para o ano de 2021. Dessa forma, utilizou-se o ano subsequente para manter a cronologia dos fatos.

Quanto à escolha do período, buscou-se dentro da disponibilidade de informações, os dados mais recentes, de forma a capturar as dinâmicas socioeconômicas em um contexto contemporâneo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo deste capítulo é expor os resultados obtidos, bem como as discussões levantadas por meio destes. Serão apresentados tabelas estatísticas, índices, mapas quantílicos e mapas de *clusters*.

4.1 Análise descritiva dos dados

Como apresentado anteriormente, o foco do presente capítulo é analisar o comportamento distinto das economias e de algumas variáveis que representam o desenvolvimento dos estados de São Paulo e da Bahia, no ano de 2021 e 2022.

Começando pelo PIB per capita, a Tabela 4 apresenta algumas medidas de posição e dispersão de tal variável, considerando os dados municipais de São Paulo e da Bahia.

Tabela 4 - Dados Estatísticos PIB Per Capita - SP x BA 2021

Métricas	SP	BA
Média	42.570,21	17.121,08
Mediana	32.233,41	11.985,85
Desvio-Padrão	39.768,89	23.603,44

Fonte: Elaboração própria com base nas fontes apresentadas no Quadro 1.

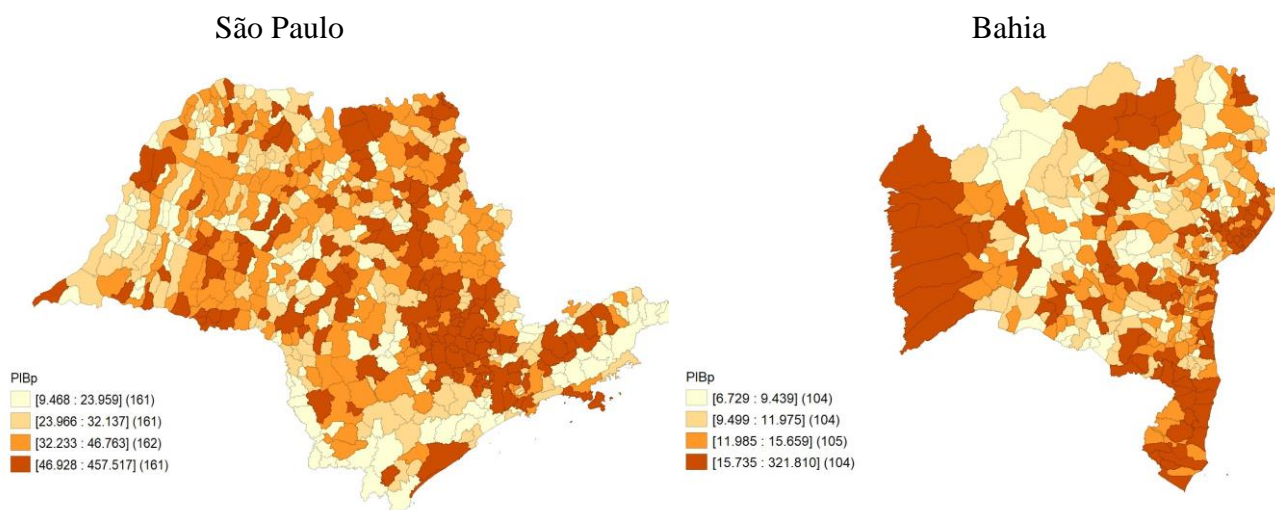
Os resultados apresentados na Tabela 4 evidenciam diferença significativa entre os estados propostos. A média do PIB per capita em São Paulo é substancialmente mais alta do que na Bahia, a mediana que é uma medida de dispersão que não sofre influência de valores extremos, também segue a mesma tendência. Isso reflete a disparidade econômica entre os dois estados, destacando o papel proeminente de São Paulo como um centro financeiro e industrial em comparação com a Bahia. A diferença na média sugere que, em geral, os indivíduos de São Paulo possuem um poder aquisitivo médio consideravelmente superior aos da Bahia, lembrando que a medida aqui em questão nada diz a respeito da distribuição igualitária do produto da economia entre a população, uma vez que se trata de uma mera divisão do produto total dos municípios pelos respectivos números de habitantes, logo, esta é uma informação puramente econômica.

Já no que tange ao desvio-padrão, para ambos os estados este se mostra bastante alto, atingindo nos dois casos um valor maior do que a média, o que indica que em ambas unidades da federação, há uma grande variabilidade do PIB per capita entre os municípios, o que poderá ser melhor visualizado pelos mapas de quantis que estão expostos na sequência do texto.

De modo a complementar as informações da Tabela 4, tem-se que em 2021, a Região Sudeste, com destaque para São Paulo, foi responsável pela concentração de 22,6% do PIB brasileiro, enquanto o Nordeste participou em apenas 13,8% desse indicador. Além disso, dois dos três municípios com os maiores PIB per capita nas indústrias extrativas pertenciam à Catas Altas e São Gonçalo do Rio Abaixo, ambas originárias do estado de Minas Gerais, localizado no Sudeste brasileiro. Por outro lado, nesse mesmo ano, o estado do Maranhão, pertencente ao Nordeste, apresentou os três menores PIB per capita da região, nos municípios de Santana do Maranhão, Primeira Cruz e Matões do Norte (IBGE, 2023).

Como uma maneira de melhor visualizar os dados do PIB per capita, a Figura 1 apresenta os mapas quantílicos para os dois estados aqui em questão.

Figura 1 - Mapas quantílicos - PIB per capita de São SP e BA 2021



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 1, o mapa quantílico do estado de São Paulo mostra uma concentração (por enquanto visual, posteriormente será testada a significância desta) do quantil que indica os maiores valores de PIB per capita na capital do estado e nos municípios da região metropolitana.

Já o mapa quantílico do estado da Bahia, também exposto na Figura 1, mostra uma maior concentração do PIB per capita na região Oeste baiana, contemplando os municípios Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desiderio, Correntina, Jaborandi e Cocos. Esse comportamento se dá devido à intensa agropecuária da região, somado à sua baixa densidade populacional, pois o PIB per capita tem como variável de cálculo o número de habitantes.

É importante contextualizar que ao longo dos anos, o estado da Bahia vem apresentando constante perda de participação na economia nacional, além de apresentar ritmo desacelerado e menos intenso de atividade econômica em relação aos demais estados do Nordeste. Em 1985, a Bahia representava 5,4% do PIB brasileiro e 39,7% do PIB regional. Em 2021, essa proporção se estabeleceu em 5,6% em relação ao Brasil, mas apresentou 11 pontos percentuais de queda em relação aos demais estados nordestinos, caindo para 28,4% de representatividade do PIB regional (IBGE, 2023).

Apesar de ocupar a 7ª colocação no ranking estadual brasileiro, a Bahia enfrenta desafios estruturais de longa data. Entre esses desafios, destaca-se a influência do clima semiárido, que afeta significativamente as atividades econômicas do estado, dado que 80% de seu território está localizado na zona semiárida (PESSOTI, 2020). Além disso, é importante salientar que o modal rodoviário é o principal meio de transporte no estado, inclusive para o escoamento da produção agrícola e industrial. Esse cenário dificulta o transporte eficiente de grandes volumes de mercadorias para os mercados com os quais a Bahia realiza suas transações.

No contexto de concentração de renda, a Figura 1 destaca notável concentração no estado de São Paulo, com ênfase nos municípios de São Paulo, Osasco, Guarulhos e Campinas, que juntos representam 39,2% do PIB per capita do estado de São Paulo. Como visto anteriormente, o estado de São Paulo passou por uma significativa transformação industrial desde o governo Vargas (1930) alinhado à ótica do nacional-desenvolvimentismo, de modo que, hoje, pode-se ver esses reflexos como nos resultados apresentados na Figura 1.

A fim de complementar a análise, a Tabela 5 abaixo apresenta a abertura da renda per capita considerando diferentes patamares financeiros para os estados São Paulo e Bahia em relação à média brasileira.

Tabela 5 - Renda per capita SP x BA 2021

Territórios	Renda per capita 2021	Renda per capita média do décimo mais rico 2021	Renda per capita dos extremamente pobres 2021	Renda per capita dos pobres 2021	Renda per capita dos vulneráveis à pobreza 2021
Brasil	723,84	3.089,77	31,35	68,98	136,62
Bahia	451,59	1.930,02	33,68	68,51	128,39
São Paulo	971,82	4.200,83	22,41	61,93	147,69

Elaboração própria com dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

A tabela 5 indica que, em média, cada habitante do estado de São Paulo deveria ter recebido 971,82 reais por mês (se houvesse uma distribuição igualitária entre todos os habitantes), entretanto, no caso da renda dos extremamente pobres, o valor médio foi de 22,41

reais, valor muito abaixo da média nacional (31,35 reais). Ademais, a renda per capita média do décimo mais rico do estado de São Paulo, 4.200,83 mil reais, é expressivamente maior que do estado da Bahia (1.980,02 reais) e da média do Brasil (3.089,77 reais).

Para se ter uma perspectiva sobre a concentração de renda dos estados, é necessário utilizar o Índice de Gini. Esse índice destaca a disparidade entre os ganhos dos indivíduos mais pobres e mais ricos. Numericamente, sua escala varia de zero a um (algumas representações podem utilizar a variação de zero a cem). Um valor de zero representa uma situação de igualdade, indicando que todos possuem a mesma renda. Já o valor um (ou cem) está no extremo oposto, evidenciando que uma única pessoa detém toda a riqueza (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

A Tabela 6 apresenta os índices para o Brasil e para os estados São Paulo e Bahia no ano de 2021.

Tabela 6 - Índice de Gini 2021

Territórios	Índice de Gini 2021
Brasil	0,544
Bahia	0,546
São Paulo	0,533

Elaboração própria com dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Ainda que possuam resultados semelhantes, o índice de São Paulo está um pouco mais próximo de zero do que o índice da Bahia. Tem-se que países desenvolvidos, como Eslováquia, Eslovênia, Islândia chegam a apresentar índices próximos de 0,2, portanto, os resultados apresentados pelo Brasil e os respectivos estados aqui em questão, os colocam em uma posição intermediária e ainda distante dos países desenvolvidos citados, evidenciando que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também funciona como ferramenta obrigatória para análise de desenvolvimento. Ele é fundamentado na noção de que o progresso material de uma nação, representado pela renda per capita, deve ser complementado por avanços na expectativa de vida da população e no acesso à educação. Essa combinação de indicadores busca assegurar que o crescimento seja verdadeiramente abrangente, promovendo não apenas a prosperidade econômica, mas também a qualidade de vida e o desenvolvimento educacional de forma universal (SIEDENBERG, 2011).

Apesar de o IDH não estar disponível com informações recentes para os municípios (São Paulo e Salvador), como exposto no capítulo anterior, é importante contextualizar as informações acima discutidas com o IDH dos estados de interesse (São Paulo e Bahia), já que

esta informação já está disponível para o ano de 2021. Diferente do Índice de Gini, quanto mais próximo o IDH chegar de um, melhor é o resultado¹². A Tabela 7 abaixo apresenta o IDH geral e por segmentos, para os estados São Paulo e Bahia.

Tabela 7 - Ranking IDH, IDH Renda, IDH Educação e IDH Longevidade nos estados SP e BA 2021

Estados	Posição IDH	IDH	Posição IDH Renda	IDH Renda	Posição IDH Educação	IDH Educação	Posição IDH Longevidade	IDH Longevidade
São Paulo	2°	0,806	2°	0,771	1°	0,839	5°	0,810
Bahia	22°	0,691	21°	0,648	26°	0,659	15°	0,772

Elaboração própria com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FIP, 2022. - Adaptado

Em São Paulo, conforme tabela 7, os três segmentos apresentados do IDH são consideravelmente mais altos em comparação à Bahia, refletindo uma qualidade de vida superior. Quando se observa o IDH relacionado à renda, São Paulo mantém uma posição destaque em 2° lugar (considerando todos os estados), o que indica um nível significativo de prosperidade econômica, por outro lado, a Bahia ocupa a 21ª posição (considerando todos os estados), sugerindo desafios relacionados à distribuição de renda e o desenvolvimento econômico. O mesmo padrão se repete para o IDH Educação, mas desta vez São Paulo ocupa o 1° lugar do ranking. Por último, o IDH avaliado pela expectativa de vida ao nascer, a longevidade, também nos mostra que em São Paulo a expectativa de vida é mais longa, embora a Bahia não esteja entre as últimas colocadas, ainda aponta a necessidade da busca por melhorias.

Em geral, os resultados do IDH, especialmente nas dimensões de renda e educação, refletem e explicam, em parte, as disparidades observadas nos PIBs per capita entre os dois estados analisados. Uma melhor qualidade de vida e um maior desenvolvimento humano em São Paulo se traduzem em um PIB per capita mais elevado e esta variável retroalimenta as primeiras. Além disso, a liderança de São Paulo em educação pode contribuir para um ambiente econômico mais inovador e produtivo, com mão de obra qualificada, que são as melhores remuneradas, impactando positivamente assim, o PIB per capita.

A educação está intrinsecamente atrelada aos índices de desenvolvimento, e quanto maior for sua taxa de analfabetismo, menores serão os índices de desenvolvimento. A Tabela

¹² Para mais informações, acessar: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>

8 a seguir, mostra os resultados para taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade para os estados São Paulo e Bahia no ano de 2022¹³.

Tabela 8 - Taxa de Analfabetismo SP x BA 2022 (%)

Território	Total
Brasil	5,6
Bahia	10,3
São Paulo	2,2

Elaboração própria com dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre.

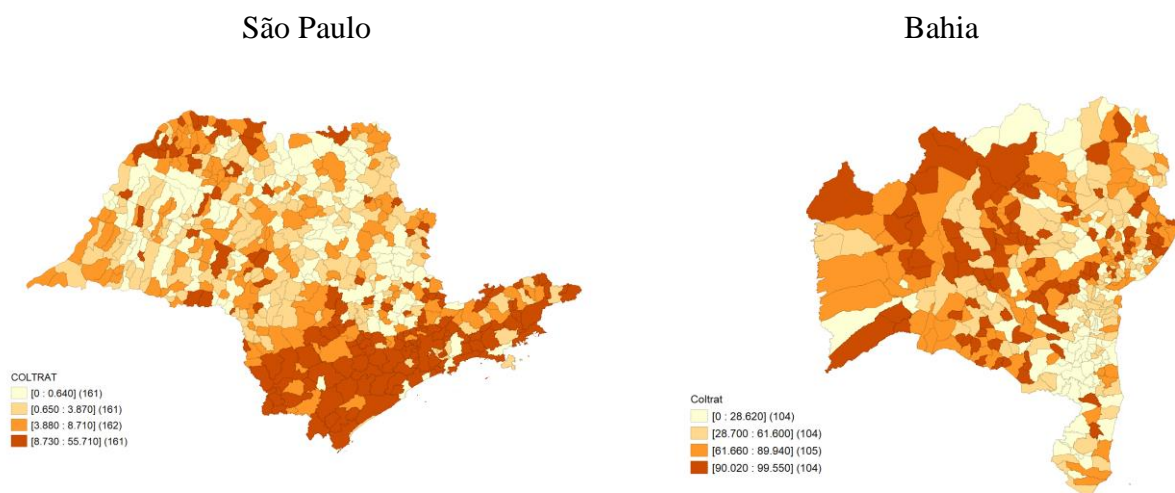
A taxa de analfabetismo, quando relacionada ao IDH e à renda per capita, revela importantes indicativos para a análise socioeconômica. Conforme apresentado anteriormente na Tabela 7, em 2021 a Bahia ocupou a 26ª posição no ranking de IDH Educação. Quando se observa a taxa de analfabetismo, verifica-se que a taxa da Bahia é 5 vezes maior do que a de São Paulo, o que reforça o baixo acesso a educação, o que implica em resultados negativos para a sociedade baiana.

Com o intuito de enriquecer a análise, a Figura 2 traz os mapas quantílicos da variável que representa a porcentagem da população em cada município que não é atendida pelo serviço de coleta e tratamento de esgoto, é esperado que as regiões que possuem menor atendimento de coleta e tratamento de esgoto possuam os menores índices de desenvolvimento, além de também possuírem situações precárias de saúde.

Os Mapas Quantílicos expostos na figura 2 revelam comportamentos contrastantes. Na região sul de São Paulo, há uma concentração de estados com baixo índice de acesso a tratamento de esgoto, especialmente na região litorânea. Esses resultados indicam deficiências no saneamento básico, possivelmente relacionadas às instituições que prestam serviços nessas áreas.

¹³ O censo, originalmente planejado para ocorrer em 2020, foi adiado devido à pandemia. No ano seguinte, em 2021, a realização do censo também foi prejudicada pela redução no orçamento do governo, resultando em sua não execução.

Figura 2 - Mapas Quantílicos % da população municipal sem atendimento de coleta e tratamento de esgoto 2021 – SP x BA



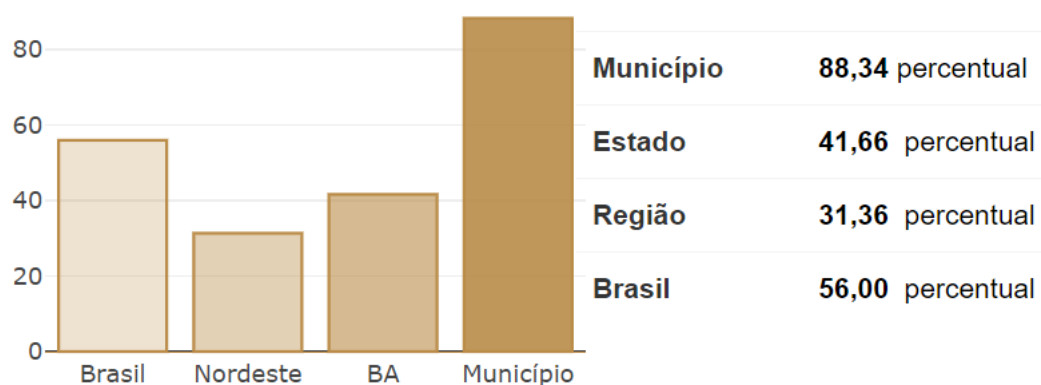
Fonte: Elaboração própria.

Um estudo de Menegatti *et al.* (2020), para o ano de 2018 revelou um ranking dos municípios paulistas com base em diversos indicadores relacionados ao saneamento básico. Esses indicadores incluem atendimento de água, tratamento de esgoto, investimento per capita em saneamento, índice de perdas de faturamento de água, desempenho financeiro, tarifas de água e esgoto. Cada município recebeu uma nota final média, variando de 0 a 100, com os indicadores padronizados e normalizados. O resultado do ranking indica que as piores pontuações estão concentradas na região sul do estado, enquanto as melhores estão nas regiões norte e noroeste, conforme o mapa da figura 2 apresenta, o que indica que de 2018 a 2021 tal panorama não se modificou. (MENEGATTI *et al.*, 2020).

Em contrapartida, na costa litorânea da Bahia, observa-se o oposto. A predominância de municípios com alta incidência de tratamento de esgoto, sugere avanços no saneamento básico em tal área. Em 2021, a Bahia elaborou e aprovou os primeiros Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB) do país, visando impulsionar o desenvolvimento sustentável e atrair investimentos públicos e privados (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, 2021).

De modo a complementar a análise, a figura 3 revela o atendimento total de água e esgoto para o município de Salvador para o ano de 2022.

Figura 3 - % Atendimento Total de Água e Esgoto em Salvador 2022



Fonte: SNIS – Indicadores 2022.

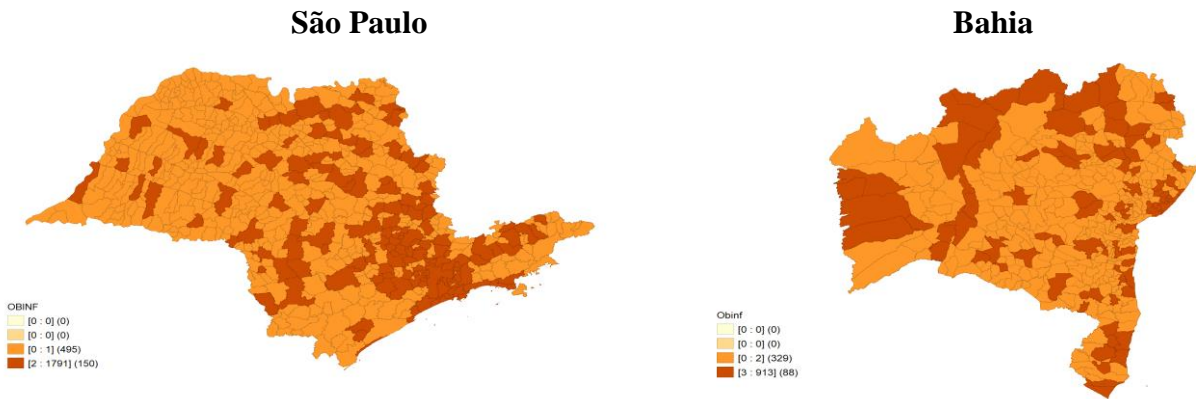
Acesso em: http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores-hmg/web/agua_esgoto/mapa-esgoto?codigo=2927408

Nota-se, via figura 3, que o percentual de atendimento de água e esgoto em Salvador é maior do que os percentuais do estado, região e do país. Esse resultado sugere que, a instauração do PRSB refletiu positivamente na capital baiana, porém, esta não é a realidade para todos os municípios do estado, conforme a figura 2 revela.

Por fim, uma última variável que ajuda a observar o nível do desenvolvimento dos estados aqui em questão, via dados municipais, é o número de óbitos infantis, uma vez que localidades com bons níveis de desenvolvimento tendem a apresentar um número de óbitos infantis menor. A figura 4 apresenta os mapas quantílicos de tal informação no ano de 2022 para São Paulo e Bahia.

Tem-se por meio da figura 4 que a maior parte dos municípios que registraram elevados casos de óbitos infantis também apresentaram altos índices da ausência de tratamento de esgoto. Em São Paulo, os municípios Ibiúna, Piedade, São Bernardo do Campo, Bertioga, Itapeva, Campos do Jordão e Santa Isabel são exemplos. Por outro lado, no caso da Bahia, apenas oito municípios compartilham as características extremas de falta de acesso à coleta de esgoto e óbitos infantis.

Figura 4 - Mapas Quantílicos de óbitos infantis por ocorrência por município para SP e BA 2022



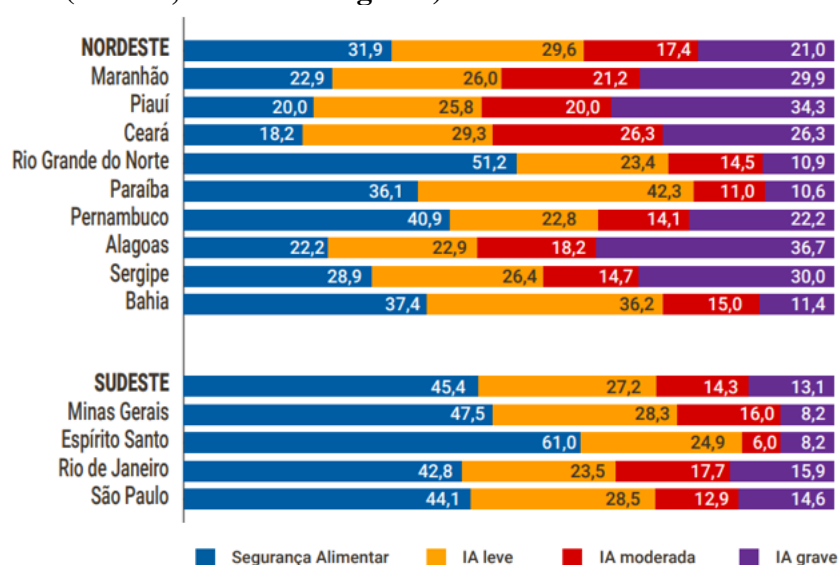
Fonte: Elaboração própria

Outro fator pertinente para complementar a análise é a questão da fome. Observou-se anteriormente que, durante a primeira década dos anos 2000, algumas iniciativas direcionadas ao combate à fome e à pobreza foram introduzidas na população brasileira. Alguns exemplos citados foram Fome Zero, Bolsa Família, Luz Para Todos, Auxílio Gás, entre outros. Também foram expostos os avanços que esses programas trouxeram para o Brasil, tão como seus excelentes resultados. Entretanto, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em 2022 o Brasil voltou ao mapa da fome.

De acordo com um relatório da FAO (2022), no ano de 2022 aproximadamente 70,3 milhões de pessoas vivenciaram insegurança alimentar moderada, enquanto 21,1 milhões enfrentaram uma situação de insegurança alimentar grave no país. A Figura 5 apresenta dados da segurança alimentar coletados das regiões Nordeste e Sudeste 2021/2022.

De acordo com a Figura 5, em 2021 o Sudeste apresentou 54,6% de insegurança alimentar, enquanto o Nordeste chegou a ocupar a casa dos 68,1%. Em contrapartida, o município de São Paulo apresentou níveis inferiores em relação à segurança alimentar quando comparado diretamente à Salvador.

Figura 5 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) Nordeste e Sudeste 2021/2022



Fonte: Rede PENSSAN (<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/09/OLHEEstados-Diagramac%CC%A7a%CC%83o-V4-R01-1-14-09-2022.pdf>)

Os níveis de insegurança alimentar, conforme classificados pelo IBGE, abrangem diferentes situações que refletem o acesso aos alimentos nas famílias. A segurança alimentar é caracterizada quando o domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem prejudicar outras necessidades essenciais. Por outro lado, a insegurança alimentar leve manifesta-se na preocupação ou incerteza sobre o acesso futuro aos alimentos, muitas vezes resultando em estratégias que preservam a quantidade, mas podem comprometer a qualidade dos alimentos. A insegurança alimentar moderada se configura pela redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou pela interrupção nos padrões alimentares devido à falta de alimentos. Já a insegurança alimentar grave envolve uma redução quantitativa de alimentos, incluindo crianças, resultando em ruptura nos padrões alimentares para todos os moradores do domicílio. Nesse cenário, a fome torna-se uma experiência vivida no ambiente doméstico (IBGE, 2020).

A Tabela 9 abaixo funciona de forma complementar, incluindo a porcentagem de domicílios por estado e o total de moradores (por mil habitantes) em situação de fome.

Tabela 9 - Insegurança Alimentar - % Domicílios e Total de moradores

Territórios	Segurança Alimentar	Domicílios (%)				Segurança Alimentar	Total de moradores (por mil habitantes)			
		IA Leve	IA Moderada	IA Grave	Total		IA Leve	IA Moderada	IA Grave	Total
BRASIL	41,3	28,0	15,2	15,5	58,7	88.1	59.7	32.4	33.1	125.2
NORDESTE	31,9	29,6	17,4	21,0	68,1	18.4	17.1	10.0	12.1	39.2
Maranhão	22,9	26,0	21,2	29,9	77,1	1,6	1,9	1,5	2,1	5,5
Piauí	20,0	25,8	20,0	34,3	80,0	658,0	849,0	658,0	1,1	2,6
Ceará	18,2	29,3	26,3	26,3	81,8	1,7	2,7	2,4	2,4	7,6
Rio Grande do Norte	51,2	23,4	14,5	10,9	48,8	1,8	833,0	516,0	388,0	1,7
Paraíba	36,1	42,3	11,0	10,6	63,9	1,5	1,7	447,0	430,0	2,6
Pernambuco	40,9	22,8	14,1	22,2	59,1	4,0	2,2	1,4	2,1	5,7
Alagoas	22,2	22,9	18,2	36,7	77,8	747,0	771,0	612,0	1,2	2,6
Sergipe	28,9	26,4	14,7	30,0	71,1	676,0	617,0	344,0	702,0	1,7
Bahia	37,4	36,2	15,0	11,4	62,6	5,6	5,4	2,2	1,7	9,4
SUDESTE	45,4	27,2	14,3	13,1	54,6	40,7	24,4	12,8	11,7	48,9
Minas Gerais	47,5	28,3	16,0	8,2	52,5	10,2	6,1	3,4	1,8	11,2
Espírito Santo	61,0	24,9	6,0	8,2	39,0	2,5	1,0	247,0	337,0	1,6
Rio de Janeiro	42,8	23,5	17,7	15,9	57,2	7,5	4,1	3,1	2,8	10,0
São Paulo	44,1	28,5	12,9	14,6	55,9	20,6	13,3	6,0	6,8	26,1

Fonte: Rede PENSSAN (<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/09/OLHEEstados-Diagramac%CC%A7a%CC%83o-V4-R01-1-14-09-2022.pdf>)

Conforme a tabela 9, a região Sudeste, sendo a mais populosa do país, apresenta o maior número absoluto de pessoas em situação de fome, com 6,8 milhões em São Paulo e 2,7 milhões no estado do Rio de Janeiro. No entanto, quando se avalia a proporção em relação à população total de macrorregião, observa-se que a maior parcela daqueles que enfrentam a fome reside na região Nordeste do Brasil, contabilizando cerca de 39 milhões de residentes enfrentando situação de insegurança alimentar, dos quais 12 milhões estavam em situação grave. Esses números equivalem praticamente a toda a população da cidade de São Paulo vivendo em condições de fome. Além disso, a Bahia registrou 62,6% de domicílios com ausência de acesso à alimentação devida, isso implica em 9,4 milhões de cidadãos convivendo com fome todos os dias.

Portanto, a análise dos indicadores acima proporciona um indicativo a respeito das regiões de interesse do estudo. Em termos comparativos, a liderança do estado São Paulo em relação a Bahia, tanto via os indicadores econômicos, quanto em relação aos que representam informações sobre o desenvolvimento, ainda se mantém no período atual, a exemplo do que foi exposto no capítulo dois do presente estudo. Embora seja importante ressaltar que o estado da Bahia apresente avanços em alguns aspectos. Ademais, é importante ressaltar que ambos estados apresentam clara desigualdade no que tange as variáveis observadas a nível municipal, o que também evidencia as disparidades existentes dentro de cada região.

Essa análise fornece base para investigações mais aprofundadas a respeito das questões regionais que circundam tais informações, logo, na próxima seção, será realizada uma análise exploratória com os indicadores PIB per capita, acesso a coleta e tratamento de esgoto e óbitos infantis, com vistas a verificar se as distribuições regionais identificadas acima são significativas ou não, ou seja, se os indicadores que dão uma perspectiva a respeito do desenvolvimento de cada região apresentam relação espacial.

4.2 Análise exploratória espacial

Para se proceder com a análise espacial, o primeiro passo é identificar se para cada informação de interesse é identificada relação espacial, ou seja, se de fato a localidade importa na explicação dos valores encontrados para cada informação. Para tanto, conforme indicado na metodologia, foi calculado o I de Moran local Univariado, cujos resultados estão expostos na tabela 10.

Tabela 10 - I de Moran Local Univariado para variáveis do estado de São Paulo

Variáveis	I de Moran	Pseudo p-valor*
PIBper 2021	0,213	0,001
Coltrat 2021	0,329	0,001
Obinf 2022	0,091	0,001

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Quadro 1.

Com base nos resultados tabela 10, o PIB per capita revela uma autocorrelação espacial positiva, indicando padrões semelhantes nas áreas adjacentes. De maneira semelhante, a Coleta de Água e Tratamento de Esgoto exibe a mais forte autocorrelação espacial, indicando que municípios vizinhos compartilham padrões semelhantes nessa área. Já a variável de Óbitos Infantis por residência e por município também mostra autocorrelação espacial positiva, porém mais fraca em comparação com as outras variáveis.

Em resumo, esses resultados sugerem que as variáveis analisadas exibem padrões espaciais não aleatórios, havendo uma tendência para áreas próximas apresentarem valores com a mesma tendência para PIB per capita, acesso ao tratamento de esgoto e óbitos Infantis por residência e por município, isso porque tais indicadores, além de significativos, se mostraram positivos. E como todas as variáveis passaram no teste do pseudo p-valor, isso significa que é possível seguir com a análise espacial por meio dos mapas de *clusters*, como será feito abaixo. Porém, para que se possa continuar a comparação entre os dois estados aqui em questão, também foi verificada a existência de relação espacial para o estado da Bahia, no

que tange as variáveis de interesse. A Tabela 11 abaixo representa os resultados do teste I de Moran Local Univariado para o estado da Bahia.

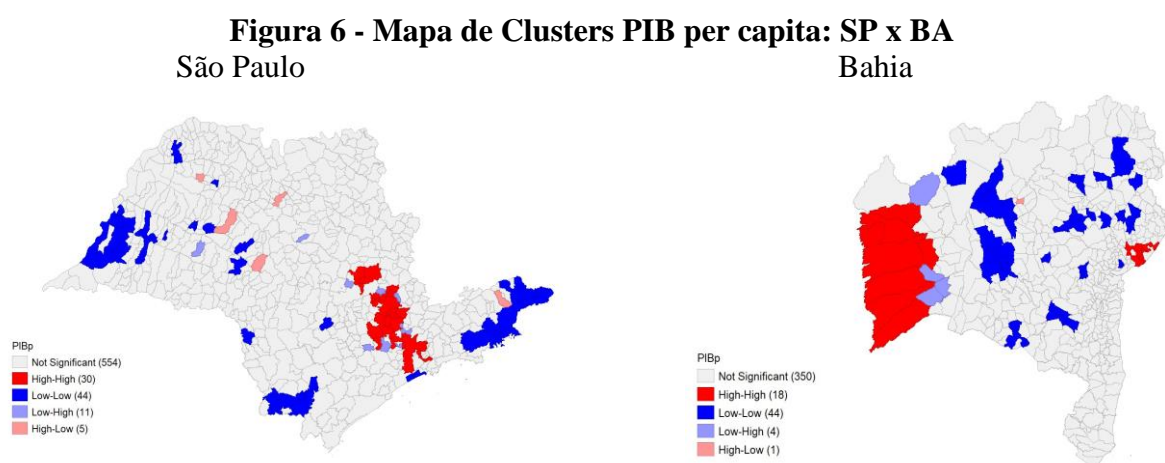
Tabela 11 - I de Moran Local Univariado estado da Bahia

Variáveis	I de Moran	Pseudo p-valor*
PIBper 2021	0,223	0,001
Coltrat 2021	0,344	0,001
Obinf 2022	-0,011	0,114

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Quadro 1.

Na Bahia, o PIB per capita revela uma autocorrelação espacial significativa, indicando padrões espaciais consistentes nessa variável. Da mesma forma, a porcentagem da população municipal sem atendimento de coleta e tratamento de esgoto exibe considerável autocorrelação espacial, sugerindo que áreas próximas compartilham padrões semelhantes nesse aspecto. Por outro lado, a variável que trata dos óbitos infantis por residência e por município não apresenta autocorrelação espacial significativa, indicando a ausência de padrões espaciais claros nessa área. Logo, serão avaliados os mapas de *clusters* apenas para as duas primeiras variáveis.

Realizada a primeira identificação da presença ou não da relação espacial entre as informações consideradas, a figura 6 apresenta o mapa de *clusters* para indicador PIB per capita dos estados São Paulo e Bahia.



Fonte: Elaboração própria.

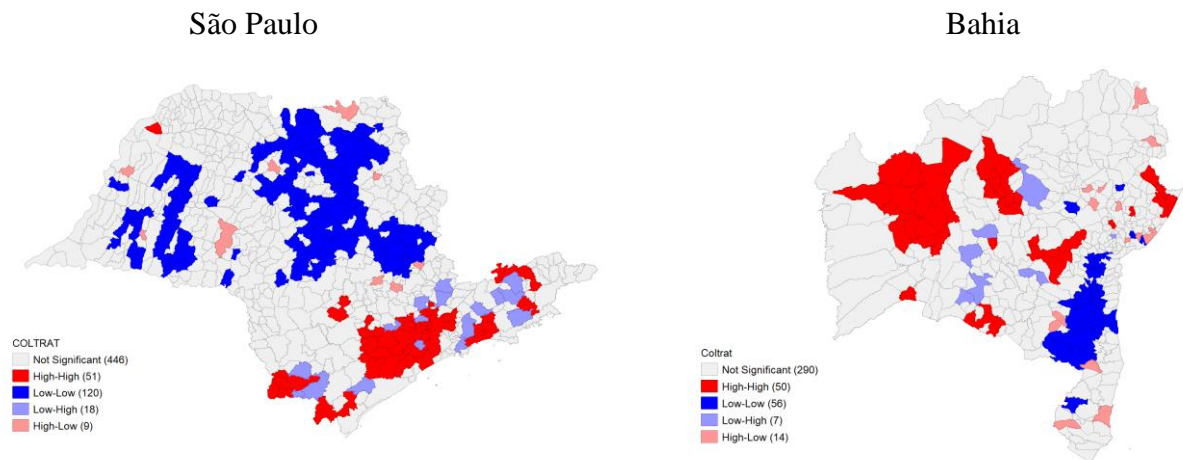
A partir da Figura 6, pode-se inferir que, os resultados do mapa quantílico do PIB per capita do estado de São Paulo, que evidenciam uma concentração significativa na capital e na região metropolitana, são corroborados com a identificação do *clusters* alto – alto (município com elevado PIB per capita circunda por municípios com também PIB per capita elevado).

Além disso, a identificação de alguns municípios com PIB per capita alto circundados por municípios com baixo PIB per capita (casos Alto-baixo) destaca exceções à tendência de concentração, indicando padrões econômicos diferenciados em determinadas áreas, localizados nos municípios vizinhos àqueles que compõem a região metropolitana de São Paulo. Ainda sobre São Paulo, *clusters* baixo-baixo, que indicam que municípios com baixo PIB per capita são avizinados por outros com também PIB per capita baixo, foram observados em municípios do Vale do Paraíba e litoral Norte do estado e em menor medida em alguns municípios do Noroeste paulista (Dracena, Marabá Paulista, Ouro Verde, Panorama, Piquerobi, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Santa Mercedes e Santo Anastácio). Em resumo, o mapa de *clusters* de São Paulo confirma a identificação visual feita pelo mapa quantílico, apontando a concentração espacial de elevado PIB per capita na região metropolitana, especialmente em São Paulo, refletindo as transformações industriais e o crescimento econômico na sua vizinhança.

No caso do estado da Bahia, a análise dos *clusters* reforça padrões distintos em comparação com São Paulo, apresentando uma quantidade menor de municípios categorizados como alto-alto (com PIB per capita alto circundados por outros com características semelhantes), sendo estes localizados especialmente nas regiões de Salvador e noroeste do estado. A predominância de municípios sem relação espacial evidente sugere uma distribuição mais heterogênea do PIB per capita na Bahia, com menos formação de *clusters* significativos, indicando uma dinâmica econômica e geográfica diferenciada de São Paulo, com uma importância um pouco menor da questão regional.

Prosseguindo com a análise, a figura 7 apresenta os resultados dos mapas de *clusters* para os estados São Paulo e Bahia quando se considera a variável que representa a parcela da população municipal sem atendimento de coleta e tratamento de esgoto. Como pode ser verificado, os municípios do sudeste paulista compõem os *clusters* alto-alto, indicando que municípios com alta parcela da população sem atendimento de coleta e tratamento de esgoto são circundados por municípios também com alta ausência do referido atendimento, confirmando assim, o que o mapa quantílico já indicava.

Figura 7 - Mapa de Clusters da % da população municipal sem atendimento de coleta e tratamento de esgoto: SP x BA



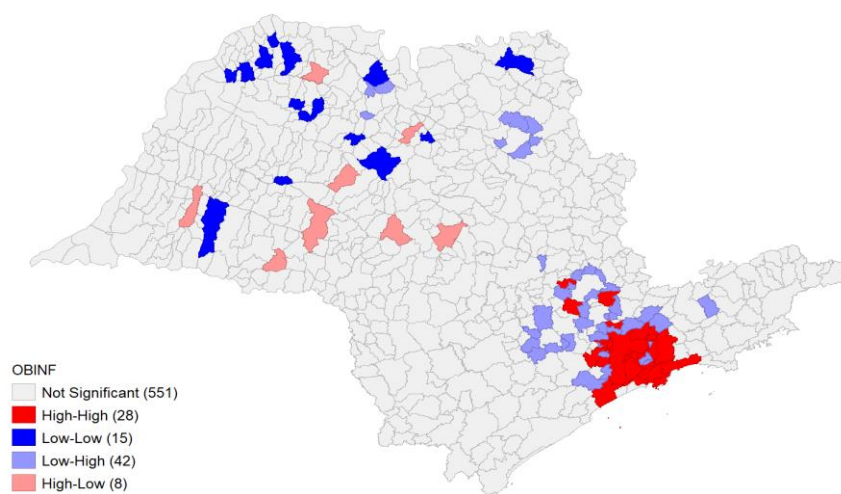
Fonte: Elaboração própria.

Ainda sobre a figura 7, no que tange a São Paulo, tem-se uma predominância do cluster baixo-baixo, indicando que municípios que possuem uma pequena parcela da população sem atendimento de coleta e tratamento de esgoto são avizinados por municípios com a mesma condição, sendo que estes se localizam em grande parte na região central do estado.

O oposto ocorre na Bahia, ao observar o mapa de *clusters* baiano, vê-se que a concentração de *clusters* baixo-baixo está no Sudeste do estado. Porém, em um volume quase semelhante estão os *clusters* alto-alto, que aparecem em mais de uma região do estado, indicando que comparativamente falando, o estado da Bahia tem um problema maior de acesso ao atendimento de coleta e tratamento de esgoto do que São Paulo, sendo que neste estado a ausência de acesso a tal atendimento parece ser mais localizado.

Por fim, a figura 8 apresenta o resultado do mapa de *clusters* de óbitos infantis para o estado de São Paulo, lembrando que o estado da Bahia não passou no teste I de Moran, portanto, logo não apresenta dependência espacial para tal variável

Figura 8 - Mapa de Clusters de óbitos infantis por residência e por município para o estado de São Paulo



Fonte: Elaboração própria.

Analisando a figura 8, tem-se que uma concentração significativa caracterizada pelo *cluster* alto-alto, ou seja, alto número de óbitos infantis em um município circundado por municípios também com elevado número de óbitos, na região metropolitana de São Paulo. Já a incidência de clusters baixo-baixo é menor para esta variável, sendo este tipo de concentração observado em alguns municípios do noroeste do estado. Por fim, deve-se ressaltar que para a maior parte do estado não foi encontrada relação espacial significativa para a informação aqui em questão.

Assim, considerando tudo o que foi exposto com base na análise exploratória espacial discutida, tem-se que principalmente o PIB per capita e a porcentagem da população sem atendimento de coleta e tratamento de esgoto são informações cuja a localização espacial importa, logo, por meio destes indícios, acrescida a análise descritiva de dados feita na primeira parte do capítulo e o referencial bibliográfico presente no capítulo dois, tem-se a perspectiva de que as discrepâncias existentes entre São Paulo e Bahia são frutos de diversas questões históricas, econômicas e sociais, que ainda se refletem hoje, nos dados que puderam ser discutidos ao longo capítulo. Foi possível verificar que além de toda complexidade observada, a questão espacial também importa, principalmente no que tange ao PIB per capita, logo, amenizar tais discrepâncias, não é uma tarefa fácil e muito menos rápida, é necessário que pelo menos exista um plano que garanta a continuidade de iniciativas que

visem a melhoria de indicadores econômicos e sociais, porém, como foi possível identificar via a revisão de literatura realizada, está também não é uma tarefa trivial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o comportamento distinto das economias e de algumas variáveis que representam o desenvolvimento dos estados de São Paulo e da Bahia, no ano de 2021 e 2022. Com vistas a destacar as discrepâncias presentes e compreender suas origens. De modo a contemplar o objetivo proposto foi realizada uma revisão bibliográfica dos séculos XX e XXI sobre o tema e foram levantados dados estaduais e municipais de modo a realizar uma análise descritiva e exploratória espacial de dados.

Como principais resultados da revisão bibliográfica tem-se que apesar de existirem períodos em que a questão regional recebeu maior atenção, como foi o caso do Governo JK e do período da implementação da SUDENE, bem como do período petista com as políticas de combate à fome e a miséria, falta uma continuidade e um plano de longo prazo a nível de país, que garanta a constante atenção às regionalidades.

Já via a análise descritiva de dados foi possível perceber que em termos comparativos, a liderança do estado São Paulo em relação a Bahia, tanto via os indicadores econômicos, quanto em relação aos que representam informações sobre o desenvolvimento, ainda se mantem no período atual, a exemplo do que ocorreu ao longo dos períodos passados.

E por fim, a análise exploratória espacial, evidenciou a importância de se considerar a questão espacial nas análises regionais, mostrando que dentro de cada estado também há desigualdades e especificidades que não podem ser desconsideradas, principalmente quando se trata do processo de crescimento e especialmente do desenvolvimento.

Assim, tem-se a confirmação da hipótese inicial do estudo de que as discrepâncias entre São Paulo e Bahia são resultado de um acumulado histórico de fatores que se interrelacionam e se reforçam.

Nesse contexto, o presente trabalho não esgota as possibilidades de pesquisa sobre o tema. Ao contrário, serve como mais uma contribuição a respeito do patamar contemporâneo existente entre tais estados.

Como sugestão para futuros estudos, incentiva-se uma análise mais aprofundada, considerando perspectivas de outros estados e municípios para melhor compreensão da complexidade das desigualdades regionais no país.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. B. **Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK**. Vitória/ES :XI Congresso Brasileiro de História Econômica, 2015. Vitória/ES. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.
- ALBUQUERQUE, M. C. C.. Planejamento o caso da regional: Sudene. **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, n. 3, p. 97–103, jul. 1971.
- ALMEIDA, E. **Econometria Espacial Aplicada**. 1a ed. Alínea, 2012.
- AMPARO, P. P. DO .. Os desafios a uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 15, n. 1, p. 175–192, jan. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100016>>. Acesso em: 16 jan. 2024
- ANSELIN, L. Local Indicators of Spacial Association – LISA. *Geographical Analysis* 1995
- _____. The Moran scatterplot as ESDA tool to assess local instability in spatial association. In: *Spatial Analytical Perspectives on GIS* (M. Fisher, H. J. Scholten & D. Unwin, ed.), pp. 111-126. London: Taylor & Francis. 1996
- ARAÚJO, T. B., and SANTOS, V. M. **Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil**. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações): vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 329-355. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-08-4. <https://doi.org/10.7476/9786586221695.0018>.
- BACELAR, T. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, M. C. (Org.) **Celso Furtado e o Brasil**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 71-92.
- BARROS, José D'Assunção. A revisão bibliográfica – uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. **Revista Instrumento**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 13-28, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18708/9826>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: s.n. 1994.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- BORJA, B. Celso Furtado e a cultura da dependência. In: *Revista Oikos*, volume 8, n.2. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo** / Wilson Cano. 5. ed. – Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007. Disponível em: <<https://www.economia.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/Raizes-da-concentracao-industrial-em-Sao-Paulo.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2023.

_____. Concentração e desconcentração econômica regional do Brasil 1970/95. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 101–141, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643294>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

_____. **Furtado e a questão regional no Brasil** in: TAVARES, Maria da Conceição. (org.) Celso Furtado e o Brasil. São Paulo-SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, p. 93-120, 2000.
_____. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-70) 1981. Tese (Livre-docência) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1981.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1975). **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª edição, 2010.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.

CARVALHO, F. F. **Da esperança à crise – a experiência das políticas regionais no Nordeste**. Campinas: IE/Unicamp, 2001. (Dissertação de mestrado). Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1589706>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CARVALHO, A. W. B.; STEPHAN, I. I. C. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico*. **Cadernos Metrôpole**, v. 18, n. 35, p. 283–307, jan. 2016.

CARVALHO, A. DE A. V. DE.; MEDEIROS, V. A. S. DE. O papel do programa Minha casa, minha vida no processo de construção das cidades: a perspectiva configuracional. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, p. 396–407, out. 2017.

CAVALCANTE, J. B.; FEITOSA, C. O. A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro. **RPPR** – Rio de Janeiro – vol. 6, nº 2, maio a agosto de 2019, p. 226 - 247. Disponível em: <<https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigoa-importancia-da-sudene-para-o-desenvolvimento-regional-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2023.

CEPAL, N. U. Raúl Prebisch: un aporte al estudio de su pensamiento. 1987.

COELHO, V. L. P. A política Regional do Governo Lula (2003-2010). In: _____. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (Org.). Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

COLOMBO, L. A. O auge e o declínio: a trajetória institucional da Sudene e o futuro do planejamento no Nordeste. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 375-399, mar./jun., 2018.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, v. 19, n. 2, p. 227–249, maio 2009.

DINIZ, E., 1999. Globalização, elites empresariais e democracia no Brasil dos anos 90. **Ensaio FEE**, 2001, pp.155-178.

DULCI, O. S.. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 18, p. 95–107, jun. 2002.

DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M.; CAMARGO, E. C. G.; FELGUEIRAS, C. A.; CRUZ, O. G.; CORREA, V. Análise Espacial de Dados Geográficos. Brasília: **Embrapa**, 2004. 209p.

ERTHAL, R. A Colonização Portuguesa no Brasil e a Pequena Propriedade. **GEOgraphia**, v. 2, n. 4, p. 49-75, 16 set. 2009.

FERREIRA, Henrique Villa da Costa. Brasília, 2010. Entrevista concedida à Ricardo Antônio de Souza Karam em 7 de dezembro de 2010. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1691>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

FREIRE, V. R. B. P.; SILVA, S. S. C.; MOURA, M. L. S.; PONTES, F. A. R. & BORGES, J. A. R. Atividades acadêmicas e a rotina de crianças ribeirinhas participantes do Programa Bolsa Família. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 2, p. 159-166, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2008. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2007 (1ª ed. 1959).

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

FURTADO, Raquel Alves. **A construção e a (tentativa de) desconstrução da Cultura Usiminas: narrativas ao longo de 50 anos**. 2011.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Economia regional: elementos conceituais e metodológicos**. 1997.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 920 p.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: Sudene, 1967

HIRSCHMAN, A. O. Desenvolvimento industrial no nordeste brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do artigo 34/18. In: **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.21, n.4, 1967, p. 5-34.

HOOVER JR., Edgard M. The partial equilibrium approach. In: REAN, Robert D., et alii (eds.). **Spatial economic theory**. New York: The Free Press, 1970. [Trabalho citado em Nasser (2000)].

HORTÊNCIO, V. E. F., MILANI, A. M. R., CELSO FURTADO, POLÍTICA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO: REVISITANDO ALUTA PARA A SUPERANÇA DO SUBDESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **REVISTA ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO**, Maceió –AL, V.5 N.8. DEZEMBRO/2018. P. 69 –85

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Produto Interno Bruto – PIB. 2023. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. PIB dos municípios mostra que economia do país continuou a se desconcentrar em 2021. 2023. Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38683-pib-dos-municipios-mostra-que-economia-do-pais-continuou-a-se-desconcentrar-em-2021>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

KARAM, R. A. de S. A questão regional brasileira no século XXI: um olhar sobre o dissenso. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1691>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MARQUES, B. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: O QUE SE TEM PRODUZIDO A RESPEITO? CSONline – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 26 (2018)

MACHADO, W. M. L. A importância do plano de metas para o desenvolvimento da indústria pesada no Brasil. 2019.

MOCCIA, M. H. P. P. S. Sociedade de economia mista. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Comercial. Fábio Ulhoa Coelho, Marcus Elidius Michelli de Almeida (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/227/edicao-1/sociedade-de-economia-mista>> Acesso em: 24 jan. 2024.

MOURA, R.; LIRA, S. A.. Aplicação da análise exploratória espacial na identificação de configurações territoriais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 153–168, jan. 2011.

NASSER, Bianca. Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p.145-178, dez. 2020.

NETO, L. G. DESIGUALDADES E POLÍTICAS REGIONAIS NO BRASIL: CAMINHOS E DESCAMINHOS. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 15, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/123](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/123). Acesso em: 31 out. 2023.

NILDER, Antônio Duarte Furtado. **Conceitos de eixo, pólo, “cluster” e corredor como “unidades de caracterização” no desenvolvimento integrado.** 1998, mimeo.

NUNES, W.. Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 59, p. 67–89, set. 2016.

OJIMA, R., FUSCO, W. "Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização", p.11-26. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.
<http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-ojimafusco-04>.

OLIVEIRA, F. Descolamento do Centro Dinâmico em Celso Furtado. In: RAÚJO, T. P.; VIANNA, S. T.; MACAMBIRA, J. **50 anos de formação Econômica do Brasil; Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado.** Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

OLIVEIRA, R. R. A saga dos Pioneiros da Chesf. **Organizações & Sociedade**, [S. l.], v. 8, n. 20, 2014. Disponível em:
<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10567>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PELLEGRINO, A. C. G. T. **O Nordeste de Celso Furtado: sombras do subdesenvolvimento brasileiro.** 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas 2003.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2020, 120 p. Disponível em:
<<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10276>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

REIS, E.A., REIS I.A. (2002) **Análise Descritiva de Dados.** Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Disponível em: <www.est.ufmg.br>.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, C. H. L. Plano de Metas, PAEG e II PND: **Análise e Desdobramentos.** Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas, Vitória/ES. Disponível em:
<http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_carlos_henrique_lopes_rodrigues_plano-de-metas-paeg-e-ii-pnd-analise-e-desdobramentos.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ROMAGNOLI, Alexandre José. **O Programa Minha Casa, Minha Vida na política habitacional brasileira: continuidades, inovações e retrocessos.** 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ROMERO, J. A. R. **Análise especial da pobreza municipal do estado de Minas Gerais, 1991-2000.** Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2006.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 45–71, 2011. DOI: 10.21527/2237-6453.2003.1.45-71. Disponível em:

<<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SINGER, P. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. 8.ed. São Paulo: Moderna, 1987. 86p.

SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective. **Latin American Research Review. Latin America Studies Association**: v. 45, n. 2, p. 173-190, 2010.

SOUZA, H. R. de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.28, n.4, 1997, p. 499-518.

STEINBERGER, Marília. Política de desenvolvimento regional: uma proposta para debates. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 22, n. 2, p. 117-129, 1988.

SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 347–362, set. 2001.

TEDESCO, L. P. N. **A crise do subprime, suas origens e interpretações contextualizadas a partir de uma análise do caso da falência da New Century**. Tese (Graduação Economia) – Faculdade de Economia, Pontifícia Universidade Católica Do Rio de Janeiro Departamento De Economia. Rio de Janeiro, 2019.

TEIXEIRA, A. **Vinte anos de política econômica: evolução e desempenho da economia brasileira de 1970 a 1989**. Mimeo: Unicamp, sd.

TENÓRIO, F.; WANDERLEY, S.. Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964). **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 3, p. 507–526, maio 2018.

TOLEDO, P. V. M. **O GTDN E A SUDENE DE FURTADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE: CONCEPÇÃO E REALIDADE**. 2013.

Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1718/1/PHVMToledo.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2023.

TOPPAN, R. N. . A questão regional brasileira: notas sobre a variação das disparidades entre as regiões no início do século XXI. **REVISTA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL**, v. 5, p. 48-67, 2018. Disponível em: <<https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-a-questao-regional-brasileira-notas-sobre-a-variacao-das-disparidades-entre-as-regioes-no-inicio-do-seculo-xxi.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem. Uma modalidade convergente-assistencial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VAINER, C. B. Estado e migrações no Brasil: Anotações para um a história das políticas migratórias. **TRAVESSIA - revista do migrante, [S. l.]**, n. 36, p. 15–32, 2000. DOI: 10.48213/travessia.i36.741. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/741>. Acesso em: 7 nov. 2023